

Por dever do ofício, isto é, por inerência do cargo escrevo-vos hoje este primeiro editorial. Inicia-se assim uma sucessão de textos que ao longo dos meses destes três anos em que decidiram que eu seria o vosso representante tentarão alertar-vos para o conteúdo da nossa vida de médico.

Se a Revista corresponder ao que esperamos dela, reflectirá a circunstância do político, a espuma dos dias o relevante e irrelevante que nos afectará.

Hesito ainda sobre o como de o fazer. Para os colegas do Sul, que conhecem o *Medi.Com*, sabem que privilegio alguma ligeireza porque sério, sério, só o dia a dia dos nossos doentes.

Sinto-me um pouco coagido pela formalidade do “órgão oficial”. Este acarreta um pouco de “Diário da República” dos médicos que a revista da Ordem (ROM na gíria) ainda possui.

Estou tentado a mudá-lo. Não demasiado porque há também quem de fora espere certo tipo de postura. De qualquer forma um primeiro desafio deixo já hoje. O desafio é façam-na....

Esta Revista tem que ser agregadora do que somos como corpo nacional. Corpo de elite profissional, que o quer ser técnica mas que o é, indubitavelmente, cultural.

Escrevam para ela. Textos curtos mas acutilantes. Critiquem o que está mal à vossa volta. O vosso gestor ou certas obliquidades à ética de todos nós.

Façam-no com a elevação que é a nossa mas com a verdade que também nos identifica.

A pouco e pouco a ROM deixará de ser, como o número de hoje é, demasiado formal, para ser algo que se deseja. Um dia que se aguarda como quem assina o “New England” ou o “Economist” conhece.

Tal como espero o nome do futuro inquilino da João Crisóstomo, agora que já sei a cor da camisola, espero os vossos artigos e as vossa ideias. Podem começar mesmo por aí, pela João Crisóstomo. O que esperam. O que sonham irá acontecer. O que já não acreditam. O que é necessário... Se ao fim dos três anos continuarem a dizer que a ROM não serve para nada...a culpa é vossa...

Com amizade do Colega



Lisboa, 24 de Fevereiro de 2005

S U M Á R I O

3 EDITORIAL

6 ACTUALIDADE

Tomada de posse do Bastonário da Ordem dos Médicos

Inclui os discursos de Germano de Sousa, ex-Bastonário da Ordem dos Médicos e de Pedro Nunes, Bastonário eleito a 15 de Dezembro.

21 Juramento de Hipócrates

Inclui reportagem das cerimónias de Juramento de Hipócrates das três Secções Regionais da Ordem dos Médicos.

26 Comunidade Médica de Língua Portuguesa

A Ordem dos Médicos de Angola, a Ordem dos Médicos Cabo-Verdianos, a Ordem dos Médicos de Portugal, a Ordem dos Médicos de S. Tomé e Príncipe, o Conselho Federal de Medicina do Brasil, a Associação Médica Brasileira e a Associação Médica de Moçambique celebraram um Protocolo Geral de Cooperação através do qual foi constituída a associação «Comunidade Médica de Língua Portuguesa».

32 OPINIÃO

Da medicina e da cultura humanista – Humanismo pós-moderno e humanismo científico

Por *Eduardo Macieira Coelho*

34 In memoriam – Dr. João Simões Raposo (1921 – 2003)

Por *João Martins Pisco*

40 CONTOS

Cancro e Melancolia, de *Jaime Milheiro*

41 NOTÍCIAS

Inclui agenda com alguns eventos/congressos científicos.

45 LEGISLAÇÃO

46 CONSULTORIA FISCAL

47 CULTURA

Inclui espectáculos de teatro e musicais, música e livros.

Ficha Técnica

Ordem dos Médicos

Ano 21 - N.º 54 - Fevereiro 2005

PROPRIEDADE:



Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, Sociedade Unipessoal, Lda.
SEDE: Av. Almirante Gago Coutinho, 151
1749-084 Lisboa • Tel.: 218 427 100

Redacção, Produção

e Serviços de Publicidade:

Av. Almirante Reis, 242 - 2.º Esq.º

1000-057 LISBOA

E-mail: celom.omcne@omsul.com

Tel. 218 437 750 - Fax. 218 437 751

Director:

Pedro Nunes

Directores-Adjuntos:

José Moreira da Silva

José Manuel Silva

Isabel Caixeiro

Directora Executiva:

Paula Fortunato

Redactores Principais:

Miguel Guimarães, Paula Fortunato

Secretariado:

Miguel Reis

Dep. Comercial:

Helena Pereira

Dep. Financeiro:

Maria João Pacheco

Dep. Gráfico:

CELOM

Capa de: Carlos Rodrigues

Impressão:

SOGAPAL, Sociedade Gráfica da Paiã, S.A.

Av.ª dos Cavaleiros 35-35A – Carnaxide

Inscrição no ICS: 108374

Depósito Legal: 7421/85

Preço Avulso: 1,6 Euros

Periodicidade: Mensal

Tiragem: 32.000 exemplares

(11 números anuais)

Tomada de Posse

Bastonário da Ordem dos Médicos

A cerimónia de posse do novo bastonário da Ordem dos Médicos, que decorreu no dia 29 de Janeiro, no auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, contou com a presença, nomeadamente, do Ministro da Saúde e de vários ex-ministros dessa pasta, presidentes das Ordens e dos Conselhos e Associações Profissionais Médicas dos países de língua portuguesa, ex-bastonários da Ordem dos Médicos, dos presidentes das Secções Regionais do Norte e Sul e do vice-presidente da Secção Regional do Centro, e várias centenas de Colegas que não quiseram deixar de presenciar este momento simbólico. De seguida publicam-se os discursos do bastonário cessante, Germano de Sousa, e do bastonário eleito a 15 de Dezembro de 2004, Pedro Nunes.



Germano de Sousa

Senhor Ministro da Saúde e Senhores Secretários de Estado: a vossa presença neste acto é a prova da importância que o Governo de Portugal reconhece às funções fundamentais que a Ordem dos Médicos desempenha. Várias vezes, Senhor Ministro da Saúde, estivemos em desacordo. Porém justo é referir que as relações institucionais entre a Ordem, por mim representada e V. Ex.^a Foram sempre pautadas pela correcção, não obstante a firmeza com que defendemos as nossas opiniões e posições na defesa doentes e dos médicos, sempre que discordâncias ocorriam. Muito obrigado pois pela sua presença e dos Senhores Secretários de Estado.

Senhores Bastonários e Presidentes das Ordens e Presidentes dos Conselhos e Associações Profissionais Médicas dos Países de Língua Portuguesa e respectivas delegações: É com muita alegria e honra que a Ordem dos Médicos conta hoje com a vossa fraternal presença. Soubemos há pouco reforçar a nossa união ao Constituir a CMLP. Nada mais certo, portanto, que serem testemunhas deste acto de posse do meu sucessor que sei estar tão empenhado como eu em reforçar os laços que nos unem.

Senhores Bastonários das Ordens e Presidentes das Associações Profissionais de Portugal, muito obrigado pela vossa presença e pelo apoio que a mesma significa à nossa Ordem. A nossa união no CNPL foi e continuará a ser fundamental para uma melhor dignificação e defesa das profissões liberais que representamos.

Senhores Bastonários meus antecessores, muito vos deve a Ordem e a classe médica. A vossa presença, que muito agradeço, é o símbolo de uma continuidade de acção da Ordem em defesa da dignidade dos Médicos e da Medicina.

Uma palavra para os Senhores ex-Ministros da Saúde que ora nos honram com a sua presença. Contribuímos juntos para uma melhor saúde para os portugueses. Um diálogo construtivo e digno foi o timbre constante que caracterizou a relação entre a Ordem e o Ministério durante o período em que estiveram à sua frente. Mesmo quando abertamente estivemos em desacordo. Espero que o próximo Ministro da Saúde saiba compreender que sem os médicos e muito menos contra eles muito pouco é possível fazer pela saúde dos portugueses.

Para a Fundação Calouste Gulbenkian, na pessoa da Ex.^a Sr.^a Dr.^a Isabel Mota, um muito obrigado pela excelente relação que sempre existiu entre as nossas duas Instituições, o nosso reconhecimento pelo apoio que sempre deu

à Medicina e à Saúde portuguesas e o agradecimento por nos ter hoje recebido.

Não se chega a Presidente da Ordem dos Médicos sozinho. Permitam-me assim que expresse o meu reconhecimento a todos aqueles que em mim acreditaram e me ajudaram nesta difícil e por vezes solitária tarefa.

Ao Dr. António Reis Marques, Dr. Miguel Leão e Dr. Pedro Nunes, que foram respectivamente Presidentes das Secções Regionais do Centro, Norte e Sul, bem como os Presidentes das Assembleias Regionais, Presidentes dos Conselhos Disciplinares Regionais, Presidentes dos Conselhos Fiscais Regionais demais colegas que integraram as diversas estruturas regionais e distritais da Ordem, que me acompanharam e se identificaram comigo nestes seis anos, uma palavra muito sentida de admiração e gratidão pelo o apoio e um abraço amigo e reconhecido pela caminhada que juntos percorremos.

Saúdo também todos os funcionários que sempre leal e abnegadamente têm servido esta Ordem. Sei que poderei contar com todos. É justo porém que deixe uma palavra especial à D. Rosa Soares, pelo seu empenho e dedicação sem limites ao longo de todos estes anos, e ao Sr. César Jervis de Atouguia, o meu motorista que me acompanhou nos muitos quilómetros de estrada que fiz ao longo destes seis anos, à Mariazinha, que infelizmente teve que deixar o trabalho por doença prolongada, à D. Cristina Gomes, ao Sr. Paulo Vaz e à D. Joaquina Mendes que têm sido excepcionais de dedicação no cumprimento dos seus deveres.

Um agradecimento especial aos meus colegas de especialidade, Isabel Galvão, Luísa Sancho, Margarida Franco e Vítor



Tomada de posse do Bastonário da Ordem dos Médicos



Rodrigues que, durante os últimos seis anos, sem olhar a sacrifícios, me substituíram muitas vezes nos meus afazeres profissionais. Sem eles toda a minha vida pessoal estaria bem complicada.

Last but not the least: Sem o apoio e o estímulo da minha família tudo teria sido muito mais difícil ou até impossível. Para a minha mulher, minha mãe, meus filhos, minha nora e meu genro e meus netos a minha ternura e gratidão.

Senhor Bastonário eleito
Senhor Bastonário António Gentil Martins
Senhor Bastonário Carlos Santana Maia
Senhor Ministro da Saúde
Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
Senhora Secretária de Estado da Saúde
Senhor Director Geral e Alto-Comissário da Saúde
Senhora Dra. Isabel Mota – Ilustre Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian em representação do Senhor Presidente da Fundação Dr. Rui Vilar
Ilustres ex-Ministros da Saúde de Portugal
Senhor Dr. Arlindo de Carvalho
Senhora Prof.^a Dr.^a Manuela Arcanjo
Senhor Prof. Correia Campos
Senhor Embaixador de Cabo Verde
Senhor representante do Embaixador de Angola
Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos de Angola
Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos Cabo-Verdianos
Senhor Conselheiro do Bastonário da Ordem dos Médicos de S. Tomé e Príncipe
Senhor Presidente do Conselho Federal de Medicina do Brasil
Senhor Presidente da Associação Médica Brasileira

Esta é, senhor Bastonário Eleito, a parte boa da herança que lhe deixo e que melhor que ninguém a merece pois foi um dos que a meu lado muito contribuiu para o seu sucesso.

Senhor Presidente da Associação Médica de Moçambique
Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados de Portugal
Senhor Bastonário da Ordem dos Engenheiros de Portugal
Senhor Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos
Senhor Bastonário da Ordem dos Economistas
Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas
Senhora Bastonária da Ordem dos Enfermeiros
Senhor Presidente da Câmara dos Solicitadores
Senhor Presidente da Pastoral da Saúde, Padre Vítor Feytor Pinto
Senhor Director da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa
Senhor Director da Faculdade de Medicina do Porto
Ilustres membros plataforma de observação e acompanhamento da saúde

Senhor Presidente da Secção Regional do Norte, Dr. José Pedro Moreira da Silva
Senhor Vice-Presidente da Secção Regional do Centro, Dr. J. Ávila da Costa
Senhora Presidente da Secção Regional do Sul, Dra. Isabel Caixeiro
Senhor Presidente do Conselho Distrital da Região Autónoma da Madeira, Dr. França Gomes
Senhores Presidentes dos colégios de especialidade
Senhor Presidente do SIM

Senhor Secretário-Geral do SIM
Senhores representantes das Associações e Sociedades Médicas
Ilustres convidados
Caros Colegas
Minhas Senhoras
Meus Senhores

Há seis anos, quando fui eleito para o primeiro mandato à frente dos destinos desta Or-

dem prometi a mim mesmo dar o meu melhor e não olhar a sacrifícios pessoais para que a Ordem dos Médicos, tal como dispõe no seu Estatuto, nunca esmorecesse na defesa do exercício de uma medicina humanizada, que respeite o direito ao acesso de todos os cidadãos a cuidados de saúde, garantindo à pessoa doente uma qualidade de cuidados médicos, quer técnica quer deontológica, o mais elevada possível. Declarei então que tudo faria para que a qualidade do acto médico e da relação Médico/Doente pudesse ser alcançada em plenitude, pois no seu cerne estava o bem-estar e a defesa do cidadão enquanto doente.

Assim, procurei que a Ordem dos Médicos interviesse sempre, em nome da pessoa doente, em todos os aspectos que se relacionavam com a melhoria da equidade e acessibilidade do cidadão aos cuidados de saúde, bem como pugnei pela melhoria das condições em que é exercida a Medicina

e conseqüentemente pela qualidade dos cuidados prestados ao doente, chamando a atenção do Ministério da Saúde para situações concretas ou exigindo soluções urgentes quando estiveram em causa o bem-estar e os direitos dos doentes.

Procurei também reforçar e tornar patente perante a opinião pública que a Ordem dos Médicos recusava comportamentos corporativos. Desse modo a função importantíssima e fundamental de auto regulação cometida à Ordem dos Médicos pelo Estado foi desenvolvida pelo Conselho Nacional de Disciplina e pelos Conselhos Disciplinares Regionais de forma justa e límpida.

Também, durante todo este tempo, mantive e reforcei o papel da Ordem, como o interlocutor privilegiado e de audição obrigatória pelo Ministério da Saúde e procurámos estar também presentes em todas as decisões que outros Ministérios tomassem e que de perto ou longe dissessem respeito aos médicos, designadamente o Ministério da Ciência e Ensino Superior, Educação, Justiça e Trabalho.

Pensámos e vimos aprovada a fusão dos dois Internatos num único Internato de especialidade evitando definitivamente a injustiça feita aos jovens médicos portugueses frente aos seus colegas estrangeiros que procuram em Portugal a formação médica pós-graduada que lhes é negada no seu país e que no seu regulamento verá reforçadas as prerrogativas que a lei lhe concede na atribuição exclusiva de títulos de especialista, válidos para o todo nacional e para a U.E..

Para tal manterá a proposta de um sistema de titulação única, mediante atribuição de idoneidades formativas, acompanhamento do processo formativo e realização de exames por médicos por si nomeados substituindo os exames caseiros feitos nos Serviços onde o Interno estagiou, os quais geram desigualdades e algumas vezes encobrem uma deficiente preparação.

Com as reformas recentemente introduzidas novas e variadas formas de exercício profissional vão surgir. É indispensável, porém, que os médicos se possam integrar nestes novos contextos como parceiros de igual dignidade e não

como meros prestadores de trabalho e fonte de rendimento de outrém. Só assim a qualidade, estabilidade e gratificação do exercício profissional poderão ser atingidos, para já não falar no nível de serviços técnicos e humanos prestados aos doentes. Defendi sempre que as **carreiras médicas constituem um ponto indispensável de valorização técnica e prestígio, devem ser extensiva e aplicáveis a todas as instituições, quer públicas, quer privadas quer de carácter social e tornam desejável a sua abertura e participação ao mais largo número possível de Médicos.**

Procurei que a Ordem dos Médicos interviesse sempre, em nome da pessoa doente, em todos os aspectos que se relacionavam com a melhoria da equidade e acessibilidade do cidadão aos cuidados de saúde, bem como pugnei pela melhoria das condições em que é exercida a Medicina e conseqüentemente pela qualidade dos cuidados prestados ao doente, chamando a atenção do Ministério da Saúde para situações concretas ou exigindo soluções urgentes quando estiveram em causa o bem-estar e os direitos dos doentes.

Esta é, senhor Bastonário Eleito, a parte boa da herança que lhe deixo e que melhor que ninguém a merece pois foi um dos que a meu lado muito contribuiu para o seu sucesso.

Deixo-lhe porém alguns insucessos. Nestes seis anos nem tudo o que nos propusemos fazer foi conseguido. A não promulgação da lei definidora do Acto Médico, aprovada em Conselho de Ministros por iniciativa da Ministra Dra. Maria de Belém e vetada pelo Senhor Presidente da República foi uma das lutas que travámos e que ganhámos. Fomos vencidos, na “secretaria”, por razões que a razão desconhece. Do mesmo modo um diploma que, ao reservar a exclusividade da prescrição de medicamentos e outras terapêuticas de uso humano aos médicos e médicos dentistas, preservava a qualidade da saúde prestada aos portugueses enviado pela Ministra Prof.^a Manuela Arcanjo ao Conselho de Ministros e por este aprovado não conheceu a luz do

dia.... Fomos vencidos mas não derrotados. Derrotado foi o povo português que ficou à mercê dos que exercendo ilegalmente a medicina, neste país pululam aproveitando-se da sua ingenuidade ou ignorância.

Conhecendo, como conheço a sua tenacidade, Senhor Bastonário Eleito, e o empenhamento que pôs na definição legal do Acto Médico sei que irá conseguir do próximo Governo de Portugal, seja ele qual for e tenha a cor que tiver, a aprovação de uma lei do Acto Médico que, tal como o Acto do Advogado será definitivamente promulgada pelo Sr. Presidente da República. A Ordem dos Médicos nas suas funções institucionais e legais de guardiã da ética, da

deontologia e da qualidade do exercício da Medicina, não pode deixar de proceder de outro modo sob pena de não cumprir as suas responsabilidades face aos doentes e à comunidade.

Conseguimos manter na lei a impossibilidade de alteração da prescrição médica, apesar embora das confusões que a nova receita introduziu. Correm porém vento e vozes aziagas a favor da alteração ou substituição dessa prescrição. É mais um problema que lhe vou deixar e que com certeza conseguirá levar a bom porto.

Também, Senhor Bastonário Eleito, durante estes seis anos não conseguimos impor a Medicina convencionada como uma das pedras basilares do S.N.S.. Sou tal como V. Ex.^a, dos que entendem que o reforço da Medicina Convencionada ao consagrar princípios essenciais, como **o da liberdade de escolha do doente, o da separação entre financiador e prestadores de cuidados de saúde e o do pagamento por acto médico com obrigatoriedade de custos controlados e socialmente justos**, representa a grande via de implementação de um modo de exercício profissional mais humano, mais eficaz e mais rentável, e que representa a melhor forma de resolver os problemas de acessibilidade do doente a bons cuidados de saúde. No entanto, nada foi a este respeito, resolvido.

Há muito a fazer ainda. Se mais não fora, é preciso acabar a obra começada e consolidar as vitórias conseguidas. Parto porém tranquilo sabendo como sei que V. Ex.^a porá toda a sua inteligência e cultura, o seu conhecimento profundo das questões profissionais médicas, a sua firmeza em questões éticas e deontológicas, a sua diplomacia e o seu passado de dirigente prestigiado e dedicado, ao serviço dos médicos e da sua Ordem.

Parto pois tranquilo pois não poderia deixar os destinos da Ordem em melhores mãos.



De qualquer modo, passados estes seis anos, nunca a Ordem teve uma voz tão respeitada, esteve tão coesa e forte na defesa dos médicos, gerou consensos entre os médicos e foi tão bem aceite e influente na sociedade portuguesa. Soubemos, Senhor Bastonário Eleito – e para isso deu V. Ex.^a um fundamental contributo – construir para a Ordem e para os Médicos uma imagem de seriedade, transparência, credibilidade e elevação que os detractores da classe não conseguem já manchar com facilidade.

É pois com muita honra que cumpro o meu último acto como Bastonário e simultaneamente Presidente do Conselho Nacional Eleitoral dando-lhe posse como novo Bastonário desejando-lhe a maior das felicidades para o seu mandato e que possa terminá-lo sentindo o mesmo orgulho e honra que hoje ao terminar estes seis anos sinto por ter servido e ter sido o Bastonário dos Médicos de Portugal.

Muito obrigado.

Pedro Nunes



Dr. Germano de Sousa, recebo das suas mãos este colar que já foi usado pelos Bastonários Santana Maia e Gentil Martins que me dão a honra de constituir a mesa desta sessão. Espero honrar a tradição da Ordem dos Médicos e estar à altura da sensatez, ponderação e inteligência com que V. Exa conduziu a OM nos últimos seis anos.

Sr. Bastonário Germano de Sousa
Sr. Bastonário António Gentil Martins
Sr. Bastonário Carlos Santana Maia
Senhor Ministro da Saúde
Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
Senhor Director Geral e Alto Comissário da Saúde
Senhora Dra. Isabel Mota
Senhora Prof.^a Manuela Arcanjo
Senhor Prof. António Correia de Campos
Senhor Embaixador de Cabo Verde
Senhor Representante do Embaixador de Angola
Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos de Angola
Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos Cabo-Verdianos
Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos de S. Tomé e Príncipe
Senhor Presidente da Associação Médica Brasileira
Senhor Presidente da Associação Médica de Moçambique
Senhor Presidente do Conselho Federal de Medicina
Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados
Senhor Bastonário da Ordem dos Engenheiros
Senhor Bastonário da Ordem dos Economistas
Senhora Bastonária da Ordem dos Enfermeiros
Representante do Senhor Bastonário da Ordem dos

Médicos Dentistas

Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários

Senhor Presidente da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Senhor Presidente da Câmara dos Solicitadores

Senhor Presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares

Senhor Presidente da APIFARMA

Senhor Presidente da Pastoral da Saúde - padre Vítor Feytor Pinto

Senhor Director da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa

Senhor Director da Faculdade de Medicina do porto

Ilustres Membros da Plataforma de Observação e Acompanhamento da Saúde

Senhor Presidente do Conselho Regional do Norte – Dr. José Pedro Moreira da Silva

Senhor Vice - Presidente do Conselho Regional do Centro – Dr. José Ávila da Costa

Senhora Presidente do Conselho Regional do Sul – Dr.^a Isabel Caixeiro

Senhor Presidente do Conselho da Região Autónoma da Madeira – Dr. Manuel França Gomes

Senhor Presidente do Conselho da Região Autónoma das Açores – Dr. Eduardo Pacheco

Senhores Presidentes dos Colégios de Especialidade

Senhor Presidente do SIM

Senhor Secretário Geral do SIM

Senhores Representantes das Associações e Sociedades Médicas

Ilustres Convidados

Caros Colegas

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Estar aqui hoje, olhar esta plateia onde vejo tantos rostos de amigos é algo que não me é possível fazer sem emoção.

Neste belo espaço que mais uma vez a Fundação Gulbenkian teve a amabilidade de ceder à Ordem dos Médicos vivo um momento particularmente importante da minha vida.

Encaro com alguma apreensão e ansiedade a nova etapa cujo primeiro passo hoje dou. Quem me conhece sabe que procuro ser realista, pragmático e racional pelo que ao ser investido como representante de todos os médicos, o meu sentimento só pode ser de apreensão perante a enormidade da tarefa e a dúvida do ser capaz. Saibam, no entanto, que nela me empenharei totalmente.

Perdoem-me se quebro o protocolo e começo estas palavras que pretendo breves por saudar a minha família e amigos. Que comece por agradecer a minha mãe, a minha mulher, aos meus filhos e nora aqui presentes e à memória de meu pai, terem acreditado que era capaz e terem-me transmitido essa certeza.

Saudar os meus amigos, todos os que me ajudaram nesta caminhada.

Se os médicos acreditaram em mim foi porque um grupo extraordinário de médicos sérios e empenhados têm estado comigo ao longo dos anos empurrando-me com o seu trabalho e lealdade para este lugar em que hoje me encontro.

Em nome de todos eles, porque são tantos que não poderei citá-los a todos:

Obrigado Isabel Caixeiro.

Obrigado Manuela Santos e João de Deus.

Obrigado José Luís Gomes e Hernani Pinharanda.

Obrigado António Reis Marques.

Obrigado Ciro Costa, Carlos Santos e Ângelo Azenha.

Obrigado amigo António Bento.

Se aqui estou devo-o também a quem participou no meu trajecto de formação. Aos meus mestres de Universidade e da Carreira Hospitalar.

Vejo na assembleia Directores de Escolas Médicas. Permitam-me que em nome de todos saúde quem seguramente foi determinante no meu trajecto profissional e político, o Prof. Esperança Pina e também na actividade clínica o Prof. Ferraz de Oliveira

Na pessoa da Dra. Isabel Mota saúdo a Fundação Calouste Gulbenkian. Não só como justo agradecimento à boa vontade que têm tido para com a Ordem dos Médicos, mas pelo simbolismo que tal boa-vontade traduz. Tal como uma Fundação é mais que uma Empresa, uma Fundação é uma Instituição que verte os lucros da sua actividade no apoio ao bem comum, a Ordem dos Médicos é mais que um organismo de defesa dos seus associados é uma Instituição que os médicos põem ao serviço dos portugueses. Todos compreenderão o simbolismo da tomada de posse de um novo Bastonário se realizar nas instalações da Fundação a que gerações de Portugueses devem a cultura.

Compreendem seguramente esta posição os Bastonários e representantes das Ordens profissionais que me deram a honra de aqui estar presentes.

Compreendem e dão testemunho que em tempos em que se apela à Sociedade Civil. Em tempos difíceis em que se procuram as elites nacionais capazes de fazer ressurgir Portugal, bastará olhar em volta para as ver organizadas nas suas Ordens, disponíveis para dar os seus contributos.

São elas depositárias do capital do conhecimento e dos saberes que poderão fazer a diferença. A diferença entre um Portugal moderno competindo no seio da União dos países cultural e economicamente mais desenvolvidos do Planeta, e um país pequeno, imóvel, olhando saudosamente o mar, de costas para a continuidade geográfica, receoso de enfrentar os que são naturalmente seus pares.

Basta ao poder político abandonar de vez o discurso ofensivo dos “lobbies” e com maturidade apelar aos valores e à colaboração dos iguais. Sei que as Ordens estarão disponíveis.

A Ordem dos Médicos, pela sua parte está. Como sempre esteve. No tempo de Gentil Martins, como no tempo de Santana Maia.

Disponível para colaborar com o poder político, seja qual for a cor que ele assuma. Na condição de nos respeitar e de nos tratar com lealdade. Na condição de procurar a potenciação das nossas capacidades na procura exclusiva do interesse Nacional.

Colaboraremos com as outras profissões de Saúde. Com a Ordem dos Farmacêuticos e com a Ordem dos Enfermeiros.

Permitam-me uma palavra para a Sra. Bastonária da Ordem dos Enfermeiros aqui presente.

Quem me conhece sabe que procuro ser realista, pragmático e racional pelo que ao ser investido como representante de todos os médicos, o meu sentimento só pode ser de apreensão perante a enormidade da tarefa e a dúvida do ser capaz. Saibam, no entanto, que nela me empenharei totalmente.



Como eu começou a sua actividade associativa no sindicalismo.

Como eu compreendeu a importância de uma estrutura de Estado, a Ordem, para obter melhorias nos cuidados de saúde prestados aos Portugueses em condições de maior dignidade para os profissionais.

Como eu sabe que médicos, enfermeiros e outros profissionais de Saúde estão condenados a entender-se. Partilham uma ética comum e procuram a modernidade na discussão dos seus paradigmas profissionais.

Sabe seguramente, como aqui dou testemunho, que seja qual for a dimensão do que nos separa, essa é bem menor do que o muito que nos une.

Senhores Ministros da Saúde
Prof.^a Manuela Arcanjo, Prof. Correia de Campos, Dr. Luís Filipe Pereira.

Na vossa pessoa saúdo todos os responsáveis políticos que me deram a honra de estar presentes.

À Prof.^a Manuela Arcanjo uma palavra especial fruto da amizade que se gerou na cumprimento do enorme trabalho que tem desenvolvido a favor dos médicos após o terminus do seu mandato.

Ao Prof. Correia de Campos e Dr. Luís Filipe Pereira, que hoje simbolizam na área da saúde os dois projectos políticos entre os quais os portugueses optarão em 20 de Fevereiro, o meu respeito, que é extensivo a todos os que se dedicam à causa pública. A todos os que põem os interesses da Nação em frente dos seus interesses particulares. Que aceitam ser escrutinados na praça pública, quantas vezes vilipendiados, quantas vezes incompreendidos. Sabem que a ambos critiquei com veemência. Sabem como me opus a muitas das vossas políticas. Como procurei impedi-las. Como em público ou em privado tudo fiz para vos convencer da razão dos médicos.

Fi-lo sempre com lealdade.

Fi-lo sempre com frontalidade.

Fi-lo sempre com transparência.

Fi-lo sempre com a certeza de que o objectivo era a melhoria da saúde dos portugueses e não o interesse de qualquer grupo ou partido.

Como médico procuro a verdade, porque sei que a realidade se impõe inexorável quaisquer que sejam os nossos argumentos ou as nossas vontades.

Aceitem que lhes testemunhe, desde já, a vontade de colaboração da Ordem que liderarei nos próximos três anos. Defini-a durante as eleições como uma Ordem independente dos partidos políticos, credível tecnicamente, sen-

sata na postura, intransigente nos princípios.

É essa Ordem que terão.

A sua independência e apartidarismo garante-vos uma Ordem não empenhada na pequena política. Garante-vos uma Ordem que não procurará beneficiar as cores, ou os grupos dos nossos amigos.

Mas não se enganem.

Uma Ordem independente não é uma Ordem neutra.

Pelo contrário... ...é uma Ordem segura da sua legitimidade, empenhada na vida democrática de Portugal, ao serviço da Saúde dos Portugueses.

...É uma Ordem que combaterá todos quando discordar para poder aplaudir todos quando concorde.

Será uma Ordem credível tecnicamente. Para isso apelará ao esforço dos órgãos que contêm o mais importante acervo do seu saber – os Colégios de Especialidade.

É esse saber que como médicos, através da nossa Ordem, pomos ao serviço dos

Portugueses.

A vós de utilizar.

A vós, o confiar na verdade do nosso contributo.

A vós, o confiar no despojamento com que o disponibilizamos.

A vós, o confiar na vontade de procurar o bem público subjacente ao nosso esforço.

Não utilizaremos o conhecimento médico para obter vantagens corporativas, mas não toleraremos ser confundidos com os vigaristas e charlatães que exploram os portugueses oferecendo-lhes promessas de falsas ciên-

Porque acredito nos Médicos portugueses, e nos seus valores humanistas. Porque acredito na sua vontade de bem fazer e no seu direito a serem respeitados e justamente retribuídos pelo seu esforço. Porque acredito, assumo com confiança a função difícil para que me deram a honra de eleger.



cias, maravilhas do conhecimento que ninguém comprovou, ou comprovará.

É imprescindível que se publique a Lei do Acto Médico.

A nossa postura será serena.
Não nos interessam as luzes do circo mediático.
Não fomos eleitos para ser vedetas de televisão.
Que esta serenidade não vos engane.
Ela traz em si a intransigência da defesa dos nossos princípios.

A intransigência da defesa dos comportamentos éticos.

A intransigência da identificação do que são os direitos e o respeito devido aos médicos. A intransigência com que diremos sempre a verdade.
Doa a quem doer.

A intransigência com que defenderemos qualquer doente, principalmente aquele que por falta de poder veja espezinhados os seus direitos.
A ética médica obriga-nos a estar incondicionalmente ao lado dos nossos doentes.

É a eles e não ao poder político que devemos solidariedade.

Não ignorem a intransigência com que o faremos.

Foi esta postura que ganhou as eleições de Dezembro passado.

Não ganhou o candidato que mais ataques faz ao Ministro. Não foi sufragado o projecto que resposta mais imediata dava ao circunstancialismo da política de momento.

Foi sufragado o projecto que defendeu com clareza que todos os ministros são circunstanciais e que idênticas políticas igualmente boas, ou igualmente más, podem ser assumidas por diferentes responsáveis, até mesmo por partidos diversos.

Mas foi também e para todos claro nestas eleições que os médicos rejeitam o economicismo gestor como forma de fazer política de saúde.

Foi também e para todos claro que os médicos se revêm e se continuarão a rever no humanismo dos seus códigos de ética.

Foi claro que os médicos aceitam a racionalidade económica e a criação de mecanismos de responsabilização pelos custos, mas não admitem que o Serviço Nacional

de Saúde, público, universal e gratuito seja posto em causa. Foi claro que os médicos não aceitarão que as suas carreiras, garantia de desenvolvimento profissional contínuo ao longo da sua vida activa, seja posto em causa.

Foi claro que os médicos não aceitarão que a sua capacidade de decisão e a sua autonomia, verdadeiro paradigma da sua profissão, sejam subordinados aos valores do “mercado”.

Foi claro que os médicos não aceitarão, quaisquer que sejam os interesses económicos em presença, que a segurança dos seus doentes, traduzida na inviolabilidade da receita médica, seja posta em causa.

Conto com a colaboração de todos os médicos: Porque passadas que foram as eleições, estamos todos solidários em torno da nossa Ordem. (...) Porque na Ordem só há médicos na plenitude da sua vontade e na determinação da sua ética. Desiludam-se os que esperam uma Ordem fraca, dividida, para assim instrumentalizar os médicos, para levar a cabo os seus interesses, para explorar o povo Português.

Na pessoa dos meus mandatários saúdo todos aqueles que participaram no último acto eleitoral qualquer que tenha sido o resultado das listas em que se integraram. Gostava de dirigir uma palavra de gratidão aos que participaram ao meu lado, testemunhando-me o seu apreço e amizade, construindo as condições para a minha eleição mesmo quando não viram sufragados os seus projectos. Não esquecerei a vossa amizade, o vosso empenhamento, a qualidade dos vossos projectos.

Mas gostaria, igualmente, de me dirigir aos que se me opuseram, aos que viram noutros candidatos melhores opções para a Ordem.

Para os que ganharam e para os que perderam. Qualquer que tenha sido o vosso resultado, saibam que considero que na Ordem dos Médicos não há vencedores nem vencidos.

Os únicos derrotados são os que não foram à luta pelas suas ideias, que não se candidataram aos lugares que era esperado disputar. Aos que se esconderam, que empurraram outros, que pretenderam manipular na sombra, sem lealdade ou frontalidade.

Esses foram os únicos derrotados.

A todos os outros, os que defenderam os seus projectos. Em nome dos Médicos que aqui represento, o meu obrigado por terem sabido assumir na plenitude a vossa condição de médico.

Conto com todos para a tarefa que se avizinha.

Minhas Senhoras, Meus Senhores, Caros Colegas,

Assumo a Direcção da Ordem num momento particularmente difícil da vida Nacional e do Sistema de Saúde Português.

Após longos anos de deriva cultural em que os valores da economia se tornaram omnipresentes relegando para plano secundário os valores tradicionais, os valores da solidariedade, os valores humanos, eis que a crise se instalou.

Num quadro monótono em que só os valores materiais contam, em que só o “ter” desligado do “ser” impetra, uma crise económica menor toma com facilidade os contornos de uma crise social, de uma crise de identidade.

Subitamente desperto para a realidade, acordado de um sonho de modernidade sustentado a subsídios europeus delapidados ao sabor dos grupos de pressão, Portugal estremece nos seus fundamentos.

Anestesiados por duas décadas de cultura de televisão na busca de audiências, os portugueses perderam a dimensão do profundo

A reflexão crítica e definidora deixou de estar na sua rota.

O espectáculo substitui-se-lhes à realidade.

Avizinham-se tempos complexos.

Qualquer que seja a solução governativa que derive do próximo dia 20 de Fevereiro, é de temer que o edifício se mantenha trémulo e os alicerces definitivamente corroidos.

É de temer a continuação das mesmas polémicas, dos mesmos combates estéreis, dos mesmos objectivos espúrios.

É de temer que a Saúde continue a ser encarada como um custo, um obstáculo ao progresso financeiro e à captação do investimento estrangeiro.

Imersos no mundo global, libertos das fronteiras de dimensão humana que permitem a coerência das escolhas, a busca da optimização da produtividade arrisca a nivelação por baixo das prestações sociais.

O Estado solidário, definidor desta Europa em que nos integramos, tende a redefinir os seus fundamentos forçado a competir num mundo em que as regras do respeito pelo Homem ainda estão longe de adquiridas.

Nós, médicos, lidamos diariamente com as consequências das opções macro-económicas e do pragmatismo político.

Para nós, contenção de custos e racionamento de consumos assume as faces incontornáveis dos doentes identificados com nome e família a quem tratamos com o que nos disponibilizam.

Mais que a luta contra o desperdício, que assumimos nossa, esmaga-nos a ignorância arrogante dos que decidem sem para tal terem saber ou habilitação.

Mais que o esforço exagerado que sempre nos foi pedido e nunca negado, dói-nos a insensibilidade com que é



encarada a nossa cultura.

Dói-nos o menosprezo com que é tratado o Homem nesta sociedade mercantilista em que nos tornámos.

Dói-nos o desrespeito como somos olhados, o absurdo dos que nos pretendem médicos e insistem em lembrar-nos a condição de funcionários, preocupados com as minudências da burocracia, as obediências servis dos chefes de pacotilha, a reverência obrigada aos dirigentes de circunstância.

Assumo estas funções com o objectivo claro de defender os médicos naquilo que esta defesa tem de maior significado – a defesa da qualidade da Medicina – a defesa do interesse dos doentes. – A defesa da nossa liberdade, da nossa Ética.

Assumo estas funções na certeza que a maioria dos médicos portugueses são gente de bem a quem os seus concidadãos muito deve.

Destes são particularmente credores de solidariedade aqueles que trabalham em condições mais difíceis – os Médicos de Família.

Destes são particularmente credores de apoio os que agora se iniciam nesta aventura difícil de ser médico – os Internos.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

A maioria, a esmagadora maioria dos médicos é credora de toda a consideração, mas haverá, como em todo o lado, uma minoria venal.

A esses garanto que o braço da Ordem será longo e a sua acção não terá hesitações. Só os Médicos são capazes de limpar a sua casa.

Só os Médicos são capazes de tomar decisões em Saúde.

Só os Médicos são capazes de identificar comportamentos éticos e técnicos.

Só os Médicos são capazes de identificar o que está e o que não está bem na saúde.

Por tudo isso os Portugueses merecem uma Ordem ao seu serviço.

Assumo estas funções com a consciência da sociedade democrática adulta em que nos inserimos.

Com a certeza que todos os portugueses são de igual valor e dignidade.

Com certeza que uma sociedade moderna não permite privilégios por inerência.

Que uma sociedade solidária não exclui ninguém de prestar contas pelo seu desempenho.

Porque acredito nos Médicos portugueses, e nos seus valores humanistas.

Porque acredito na sua vontade de bem fazer e no seu direito a serem respeitados e justamente retribuídos pelo seu esforço.

Porque acredito, assumo com confiança a função difícil para que me deram a honra de eleger.

Meus Caros Colegas, dirigentes da Ordem dos Médicos,

Conto com a colaboração de todos os médicos:

Porque passadas que foram as eleições, estamos todos solidários em torno da nossa Ordem.

Porque passadas as eleições, a Ordem dos Médicos não compete na Liga dos Clubes, pelo que nesta não há nem “mouros” nem “tripeiros”.

Porque na Ordem só há médicos na plenitude da sua vontade e na determinação da sua ética.

Desiludam-se os que esperam uma Ordem fraca, dividida, para assim instrumentalizar os médicos, para levar a cabo os seus interesses, para explorar o povo Português. Não se enganem.

Esta Ordem será forte e unida, e é por sê-lo que vale a pena estar hoje, aqui, perante vós.

Sra. Dra. Isabel Caixeiro, Presidente do Conselho Regional do Sul.

Sr. Dr. José Ávila Costa, Vice-Presidente do Conselho Regional do Centro.

Sr. Dr. José Pedro Moreira da Silva, Presidente do Conselho Regional do Norte.

Colegas que integram os Conselhos Regionais.

Os Conselhos Disciplinares.

Os Conselhos Fiscais.

Os Conselhos das Regiões Autónomas.

Os Conselhos Distritais.

As Mesas de Assembleia.

O Plenário dos Conselhos Regionais.

Os Colégios de Especialidade e restantes órgãos consultivos...

...o trabalho espera-nos...

Lá fora não estão os nossos amigos que se candidatam na lista do partido A ou do partido B.

Lá fora não estão as corporações de interesses que procuram utilizar-nos para obter os seus fins.

Lá fora não estão as câmaras de televisão disponíveis para nos incensar numa glorificação tão volátil quanto inútil.

Lá fora, Meus Caros Colegas, estão dez milhões de Portugueses que confiam em nós.

Vamos trabalhar.

Os únicos derrotados são os que não foram à luta pelas suas ideias, que não se candidataram aos lugares que era esperado disputar. Aos que se esconderam, que empurraram outros, que pretenderam manipular na sombra, sem lealdade ou frontalidade. Esses foram os únicos derrotados. A todos os outros, os que defenderam os seus projectos. Em nome dos Médicos que aqui represento, o meu obrigado por terem sabido assumir na plenitude a vossa condição de médico. Conto com todos para a tarefa que se avizinha.



JURAMENTO DE HIPOCRATES

1771

Prefácio

São estes os estatutos da arte médica que o aluno deve aceitar e confirmar por juramento. Contêm os preceitos sobre a gratidão para com o professor, sobre a integridade do doente e sobre os mais graves casos cirúrgicos não curáveis, como a extração de cálculos da bexiga, como se debus pela divisão da medicina em três partes.

Os antigos aceitavam-na, os Mercuriales rejeitam-na.

Argumento

Os deveres que o médico deve ter para com o professor e para com a profissão são: a integridade de vida, a assistência aos doentes e o desprezo pela sua própria pessoa.

Juramento

Juro por Apolo Médico, por Esculápio por Higi, por Panaceia e por todos os Deuses e Deusas que acato este juramento e que o procurarei cumprir com todas as minhas forças físicas e intelectuais.

Honrarei o professor que me ensinar esta arte como os meus próprios pais; partilharei com ele os alimentos e auxiliá-lo-ei nas suas carências.

Estimarei os filhos dele como irmãos e, se quiserem aprender esta arte, ensiná-la-ei sem contrato ou remuneração.

A partir de regras, lições e outros processos ensinarei o conhecimento global da medicina, tanto aos meus filhos e aos daquele que me ensinar, como aos alunos abrangidos por contrato e por juramento médico, mas a mais ninguém.

A vida que professar será para benefício dos doentes e para o meu próprio bem, nunca para prejuízo deles ou com malévolos propósitos.

Mesmo instado, não darei droga mortífera nem a aconselharei; também não darei pêsão abortivo às mulheres.

Guardarei castidade e santidade na minha vida e na minha profissão.

Operarei os que sofrem de cálculos, mas só em condições especiais; porém, permitirei que esta operação seja feita pelos praticantes nos cadáveres.

Em todas as casas em que entrar, fá-lo-ei apenas para benefício dos doentes, evitando todo o mal voluntário e a corrupção, especialmente a sedução das mulheres, dos homens, das crianças e dos servos.

Sobre aquilo que vir ou ouvir respeitante à vida dos doentes, no exercício da minha profissão ou fora dela, e que não convenha que seja divulgado, guardarei silêncio como um segredo religioso.

Se eu respeitar este juramento e não o violar, serei digno de gozar de reputação entre os homens em todos os tempos; se o transgredir ou violar que me aconteça o contrário.

1983

No momento de ser admitido como Membro da Profissão Médica:

Prometo solenemente consagrar a minha vida ao serviço da Humanidade.

Darei aos meus Mestres o respeito e o reconhecimento que lhes são devidos.

Exercerei a minha arte com consciência e dignidade.

A Saúde do meu Doente será a minha primeira preocupação.

Mesmo após a morte do doente respeitarei os segredos que me tiver confiado.

Manterei por todos os meios ao meu alcance, a honra e as nobres tradições da profissão médica.

Os meus Colegas serão meus irmãos.

Não permitirei que considerações de religião, nacionalidade, raça, partido político, ou posição social se interponham entre o meu dever e o meu Doente.

Guardarei respeito absoluto pela Vida Humana desde o seu início, mesmo sob ameaça e não farei uso dos meus conhecimentos Médicos contra as leis da Humanidade.

Faço estas promessas solenemente, livremente e sob a minha honra.

Uma missão ao serviço da humanidade



Teve lugar no dia 19 de Dezembro de 2004, no Salão Nobre do Centro de Cultura e Congressos da Secção Regional do Norte, a cerimónia do Juramento de Hipócrates de 271 novos licenciados das duas escolas de Medicina da Universidade do Porto. Este momento solene que assinala a entrada na profissão médica foi testemunhado por uma audiência composta por mais de 500 pessoas.

Miguel Leão terminou o seu mandato na presidência do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos neste acto oficial onde deixou como mensagem para os jovens licenciados a necessidade de manterem sempre ao longo das suas carreiras o Juramento de Hipócrates: «Para além da felicidade e do sucesso, espero uma caminhada onde os médicos consigam manter o juramento». Ao referir-se ao cumprimento deste Juramento solene, Miguel Leão salientou a necessidade de o mesmo ser «cumprido na prática», adaptando, naturalmente, o verdadeiro sentido das palavras proferidas nesta cerimónia aos tempos modernos.

Alertando para aquilo que considera serem alguns dos perigos das actuais políticas de saúde: «num cenário em que alguém seja pressionado a dar altas precoces para reduzir os custos, está a violar o Juramento de Hipócrates. (...) Se participarem na discriminação de doentes, se forem coniventes com os seguros de saúde que excluam quem não pode pagar, se aceitarem benesses de qualquer empresa farmacêutica, estão a violar o Juramento de Hipócrates».

Miguel Leão relembrou ainda que os médicos prestarem os melhores cuidados de saúde que estiverem ao seu alcance consubstancia «um artigo fundamental do Código Deontológico» e que «o único e verdadeiro compromisso dos médicos é para com o doente». Aos recém-chegados à profissão, o presidente cessante do Conselho Regional do Norte lembrou ainda que compete a cada médico com a sua prática diária «continuar a ser um exemplo de cidadania e de prestígio». Uma imagem de prestígio que considera que os médicos têm tido ao longo dos tempos.

José Pedro Moreira da Silva, presidente eleito da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, também dirigiu algumas palavras aos jovens licenciados realçando a importância do compromisso individual que assumem através do Juramento de Hipócrates, com tudo o que o mesmo envolve nas várias vertentes da medicina e da saúde, transformando-o num compromisso para com a sociedade.

Também presentes nesta cerimónia, entre outras personalidades, estiveram Germano de Sousa, então bastonário da Ordem dos Médicos, e Manuel Moreira, governador civil do Porto que referiu considerar «que não existe missão mais nobre do que aquela que tem em vista preservar a vida humana». Aos jovens presentes deu as boas-vindas neste iniciar daquela que é «uma missão ao serviço da humanidade».



«Os meus colegas serão meus irmãos»

Realizou-se no dia 22 de Janeiro de 2005 a cerimónia solene em que os jovens licenciados da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos proferiram o Juramento de Hipócrates, entrando assim de pleno direito na profissão.

Numa cerimónia em que efectuaram o Juramento de Hipócrates cento e quarenta e dois novos médicos, a emoção e orgulho estiveram bem patentes nos rostos dos que proferiram as palavras milenares deste compromisso com a ética profissional, com os valores humanistas e a com a vida.

A mesa que presidiu ao Juramento foi constituída por Germano de Sousa, bastonário da Ordem dos Médicos, José Manuel Silva, presidente do Conselho Regional do Centro da OM, Fernando Gomes, secretário do Conselho Regional do Centro, Cláudio Rebelo, em representação do Conselho Regional do Norte da OM; Fátima Araújo, em representação do Conselho Regional do Sul da OM, Fernando Seabra Santos, reitor da Universidade de Coimbra, Nascimento Costa, presidente do Conselho de Administração dos Hospitais Universitários de Coimbra, Caseiro Alves, representante do Conselho Científico da Faculdade de Medicina de Coimbra. José Manuel Silva, presidente do Conselho Regional do Centro da Ordem dos Médicos, deu as boas vindas aos Colegas recém chegados à profissão, dirigindo-lhes palavras de incentivo mas não deixando de referir que o caminho a percorrer não é isento de dificuldades e que os mesmos poderão ter que enfrentar essas mesmas dificuldades ao longo da sua vida profissional. O presidente do Conselho Regional do Centro pediu aos novos médicos que dediquem algum do seu tempo e da sua atenção «à política de saúde da sua Ordem» e apelou à união da classe médica na defesa das melhores condições para a saúde e para os doentes lembrando um dos princípios hipocráticos em que se afirma «os meus colegas serão meus irmãos».

Também presente esteve Adriano Vaz Serra, a convite do Conselho Regional do Centro, que efectuou a Oração de Sapiência, tendo falado sobre a importância dos princípios e éticos e deontológicos, destacando o dever dos médicos respeitarem o sigilo profissional.



Em cada médico que abdica da sua autonomia é a medicina que abdica da sua essência

Teve lugar no dia 4 de Fevereiro na Fundação Calouste Gulbenkian, a cerimónia solene do Juramento de Hipócrates dos quase 300 novos licenciados da Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos. Uma cerimónia em que se exaltou o orgulho de ser médico e a necessidade de defender a ética e a autonomia.



Presentes na cerimónia estiveram Pedro Nunes, presidente da Ordem dos Médicos (OM), Germano de Sousa, ex-bastonário da OM, Faustino Ferreira, presidente da Assembleia Regional do Sul da OM, Isabel Caixeiro, presidente do Conselho Regional do Sul da OM, João de Deus, vice-presidente do CRS da OM, representantes das Mesas das Assembleias Distritais e Conselhos Distritais da SRS e o Presidente do Conselho Nacional do Médico Interno, Rui Guimarães.

Ao dar as boas vindas aos jovens médicos, Isabel Caixeiro definiu este momento como sendo, por um lado, de alegria e, por outro, de responsabilidade: «Alegria para nós, mais velhos que vemos reforçar as nossas fileiras com jovens licenciados em Medicina com o entusiasmo e a vontade de mudar o mundo, que todos nós já tivemos e que algumas vezes temos dificuldade em manter. (...) Alegria para vós e as vossas famílias que vêm chegado ao fim um trajecto de muito sacrifício e empenhamento. Alegria para o país que assim fica mais rico com 276 jovens que resolveram dedicar o melhor do seu saber e do seu esforço ao “outro” que está doente, ou procura ajuda, privilegiando a visão humanista e não mercantilista da Sociedade.» (...) Mas «este momento é também de responsabilidade. Responsabilidade porque ao acabarem de ler o Juramento de Hipócrates, assumiram publicamente um compromisso que remonta a seiscentos anos antes do nascimento de Cristo. A vossa condição de médicos obriga-vos a colocar o ser

humano enquanto doente acima de vós próprios e dos vossos interesses. (...) Responsabilidade porque a profissão que escolheram vos obriga a estudo e actualização constante pela rápida evolução da ciência médica. Responsabilidade porque será necessário coragem para que as agressões desta sociedade mediatizada em que vivemos não minem a vossa independência, a vossa autoridade, a vossa vontade, a vossa liberdade, a essência do ser médico.»

A presidente do CRS asseverou aos jovens médicos o empenhamento dos dirigentes da Ordem na sua função de garante de qualidade do exercício técnico e da formação médica pós-graduada e na defesa da ética universal jurada nesta cerimónia.

Nesse que foi, como referiu Isabel Caixeiro, «o primeiro dia da vida formal destes jovens como Médicos de pleno direito, integrados numa instituição secular que os recebeu com orgulho e com esperança renovada no futuro», puderam ainda ouvir as palavras de boas vindas e incentivo do bastonário da OM, Pedro Nunes, que começou a sua intervenção dirigindo algumas palavras de agradecimento e reconhecimento ao seu antecessor, Germano de Sousa, pelo trabalho em prol da OM: «Não posso deixar de começar por cumprimentar afectuosamente o meu imediato antecessor, o Prof. Germano de Sousa. Ainda há um ano aqui assistimos às suas palavras de saudação sempre cheias de alegria e entusiasmo. Com a amizade que se sedimentou em seis anos de trabalho árduo em comum. Com o respeito pela sua dedicação, bom senso e inteligência que tantos contributos deram para a Ordem que é de todos nós. Com a saudade que ao fim desta semana que levo de cargo já



sinto de nos cruzarmos nos corredores da Gago Coutinho vou pedir-lhe para ler convosco, mais uma vez o juramento que é de todos os médicos».

Pedro Nunes salientou o empenho e esforço dos jovens médicos e alertou-os para a necessidade de, acima de tudo, manterem a sua independência e ética: «Todos aqui sabemos que foram e são os melhores entre os melhores. Escolheram uma vida difícil e de total entrega e cumpriram-na, cumpriram-na porque desde sempre tiveram a disponibilidade para totalmente se entregar. Disponibilidade para trabalhar mais que o exigível à vossa juventude. Disponibilidade para se sacrificar mais do que o esperado da vossa geração. Vamos hoje todos, aceitar-vos entre nós, aplaudindo a vossa realização. Vamos rever-nos no vosso sonho. Vamos imaginar-nos novamente com vinte anos, confiantes que transformaremos o mundo, que curaremos todas as doenças, que seremos olhados com respeito por todos os que com connosco se cruzarem na rua. Não vos vou desiludir. Bem lá no fundo sabem que não é verdade, mas hoje, nesta noite diferente têm o direito de sonhar que será assim. Têm o direito de acreditar que serão livres da inveja dos que gostariam de estar no vosso lugar. Têm o direito de acreditar que viverão num mundo que vos julgará sempre com lealdade. Acreditem porque nesta noite diferente das outras todos os direitos são vossos. (...) Permitam-me tão só que como mais velho vos faça algumas recomendações. Que vos lembre que a partir de hoje são membros desta Comunidade. Que cada grão de areia desta praia é único e irrepetível mas ela será o que cada um for. Permitam que vos lembre a vossa liberdade. O vosso direito de homens livres que decidirão em nome de outros. Em momentos ela ser-vos-à penosa. Não abduquem. Em cada médico que abdica da sua autonomia é a medicina que abdica da sua essência.

(...) Meus Caros Colega:

Como médicos a vossa posição é a partir de hoje, irrevogável e definitivamente, de pé.

Levantem-se. Acompanhem-me e a todos os vossos colegas presentes nesta sala na leitura de um juramento milenar. Saboreiem cada sílaba das suas palavras. Cumpram-no sempre e sejam sempre muito felizes.»



Comunidade Médica de Língua Portuguesa

A Ordem dos Médicos de Angola, a Ordem dos Médicos Cabo-Verdianos, a Ordem dos Médicos de Portugal, a Ordem dos Médicos de S. Tomé e Príncipe, o Conselho Federal de Medicina do Brasil, a Associação Médica Brasileira e a Associação Médica de Moçambique celebraram um Protocolo Geral de Cooperação através do qual foi constituída a associação «Comunidade Médica de Língua Portuguesa».

No dia 29 de Janeiro, sob os auspícios da Ordem dos Médicos, vários países de expressão portuguesa celebraram um Protocolo Geral de Cooperação ao abrigo do qual se comprometeram a procurar desenvolver uma «política comum de cooperação no domínio científico e profissional, nomeadamente quanto à formação médica, à definição da deontologia profissional e às condições do exercício técnico da Medicina», reafirmando assim os fortes laços culturais e civilizacionais que nos unem.

A esse protocolo antecedeu uma reunião que durou dois dias, e decorreu na sede da Ordem dos Médicos, durante a



qual, João Bastos, Bastonário da Ordem dos Médicos de Angola, Luís de Sousa Nobre Leite, Bastonário da Ordem dos Médicos Cabo-Verdianos, Frederico Sequeira, Conselheiro do Bastonário da Ordem dos Médicos de São Tomé e Príncipe, Edson de Oliveira Andrade, Presidente do Conselho Federal de Medicina do Brasil, Eleuses Vieira de Paiva, Presidente da Associação Médica Brasileira, Momedede Rafico Bagus, Presidente da Associação Médica de Moçambique, abordaram num diálogo profícuo com os representantes da Ordem dos Médicos portuguesa, Germano de Sousa, Bastonário cessante da OM e Isabel Caixeiro, Presidente da Secção Regional do Sul, temas como a crescente circulação de médicos entre os vários países, as diferenças existentes em termos de formação profissional médica e a necessidade de consolidação das relações de amizade e solidariedade entre as nações aqui representadas.

Para a prossecução dos fins determinados como essenciais através do protocolo celebrado (que se reproduz no final deste artigo), foi constituída a associação «Comunidade Médica de Língua Portuguesa» (CMLP).

«'Deus quis, o homem sonha, a obra nasce', assim o disse, Fernando Pessoa, poeta da Mensagem, para quem a pátria era a língua portuguesa. Assim também todos os que aqui representam as classes médicas dos países aqui presentes sonhámos esta Comunidade Médica de Língua Portuguesa que, fazendo jus aos laços históricos, culturais, linguísticos e até genéticos que nos unem, fizemos hoje nascer», foram as palavras com que Germano de Sousa definiu a criação da CMLP, durante a cerimónia de assinatura do protocolo que decorreu no auditório da Fundação Calouste Gulbenkian.





Uma associação que, conforme explicou o então Bastonário da Ordem dos Médicos, «corporiza esta vontade de unidos sermos mais e maiores, de unidos poderemos constituir uma voz nos areópagos médicos internacionais, de unidos poderemos debater os problemas profissionais científicos e éticos dos médicos dos nossos países e criar melhores condições para uma interajuda fraternal que abranja aspectos vários como a formação e a regulação da profissão». Destacando o valor e prevalência da língua portuguesa e da medicina de língua portuguesa, Germano de Sousa sintetizou o conteúdo do protocolo que foi assinado citando um parágrafo da adaptação de Genebra do juramento de Hipócrates, «um único parágrafo que será dito por milhares de médicos e para sempre em português: 'Os meus colegas serão meus irmãos'.



PROTOCOLO GERAL DE COOPERAÇÃO ENTRE A ORDEM DOS MÉDICOS DE ANGOLA, A ORDEM DOS MÉDICOS CABO-VERDIANOS, A ORDEM DOS MÉDICOS DE PORTUGAL, A ORDEM DOS MÉDICOS DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE, O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA DO BRASIL, A ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA, E A ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MOÇAMBIQUE

A Ordem dos Médicos de Angola, a Ordem dos Médicos Cabo-Verdianos, a Ordem dos Médicos de Portugal, a Ordem dos Médicos de S. Tomé e Príncipe, o Conselho Federal de Medicina do Brasil, a Associação Médica Brasileira e Associação Médica de Moçambique, considerando as ligações históricas, culturais e linguísticas, que unem os respectivos povos e a crescente circulação de médicos entre uns países e outros, conscientes das diferenças existentes em termos de formação profissional médica e procurando consolidar as relações de amizade e solidariedade, ressalvadas as especificidades de cada um dos povos, decidem estabelecer o seguinte Protocolo Geral de Cooperação:

ARTIGO I

Os Outorgantes, tendo presente a secular amizade que existe entre os povos que representam, a ética universal da Medicina e o direito de cidadãos a uma Medicina de Qualidade acordam na prossecução de uma política comum de cooperação no domínio científico e profissional, nomeadamente quanto à formação médica, à definição da deontologia profissional e às condições do exercício técnico da Medicina.

ARTIGO II

1 – Cada Outorgante compromete-se a cooperar, dentro das suas possibilidades, no processo de desenvolvimento deontológico, bioético, científico e profissional dos outros Outorgantes, designadamente:

- Realizando e participando em colóquios, seminários ou reuniões científicas, subordinados a temas de reconhecido interesse para o desenvolvimento da Medicina no território de cada uma das Partes Outorgantes;
- Participando na criação e desenvolvimento dos centros de ensino, formação e informação, bem como de organismos científicos e técnicos;
- Participando nos trabalhos destinados à promoção da bioética e da ética e deontologia médicas;
- Colaborando na elaboração de programas de formação, com vista à progressiva harmonização entre as formações ministradas no território de cada um dos Outorgantes;

e) Contribuindo para a definição das condições para o exercício técnico da Medicina;

f) Estabelecendo os princípios basilares do controlo do exercício profissional;

g) Promovendo a divulgação e publicação conjunta de trabalhos que decorram deste protocolo;

h) Desenvolvendo mutuamente todas as acções solidárias com vista à defesa das prerrogativas próprias do exercício da Medicina.

2 – Outros instrumentos jurídicos bilaterais ou multilaterais poderão ser chamados a desenvolver um ou vários dos objectivos enunciados no n.º 1 do presente artigo.

ARTIGO III

1 – Em consequência dos artigos anteriores os Outorgantes constituem uma Associação, denominada “Comunidade Médica de Língua Portuguesa” abreviadamente designada por “CMLP”.

2 – A CMLP terá como fim essencial, sem prejuízo de outros que lhe sejam cometidos, o cumprimento do presente Protocolo.

3 – Fazem parte da CMLP as entidades que outorgam este Protocolo.

4 – A aceitação de entidades de cariz idêntico oriundas de outros Países de Língua Oficial Portuguesa ora não outorgantes será ratificada em Assembleia Geral da CMLP de acordo com as normas estatutárias

5 – Os representantes máximos dos Outorgantes comprometem-se a aprovar, no prazo de 90 dias a contar da assinatura do presente Protocolo, o Estatuto da CMLP, com dependência da ratificação pelos órgãos competentes de cada um dos Outorgantes.

ARTIGO IV

1 – Cada Outorgante facilitará, dentro das suas possibilidades, a criação e a manutenção, no seu território, de centros e institutos destinados ao estudo, pesquisa e difusão dos trabalhos científicos dos outros Outorgantes.

2 – Cada Outorgante esforçar-se-á por promover no território do outro o conhecimento do seu património científico.

ARTIGO V

Na concretização do presente Protocolo,

lo, os Outorgantes obrigam-se a respeitar as normas legais e regulamentares em vigor nos territórios de cada uma das outras Partes, designadamente quanto aos requisitos para o exercício prático da profissão.

ARTIGO VI

A execução do presente Protocolo no que respeita à elaboração dos Estatutos da “CMLP”, será coordenada pela Ordem dos Médicos Portuguesa.

ARTIGO VII

1 – O presente Protocolo entra em vigor no dia seguinte ao da sua assinatura por um representante de cada um dos Outorgantes e vigorará pelo período de 3 anos, sendo renovável automaticamente por iguais períodos.

2 – Os Outorgantes comprometem-se a promover a ratificação deste Protocolo pelos órgãos competentes das suas representadas.

ARTIGO VIII

1 – Qualquer um dos Outorgantes pode denunciar o presente Protocolo, por escrito, com um pré-aviso de 6 meses.

2 – Se dois terços dos Outorgantes denunciarem o Protocolo, este cessa imediatamente os seus efeitos.

Feito em Lisboa, aos vinte e nove dias do mês de Janeiro de dois mil e cinco, em sete (7) exemplares de igual valor.

Pela Ordem dos Médicos de Angola

O Bastonário, *Dr. João Bastos*

Pela Ordem dos Médicos Cabo-Verdianos

O Bastonário, *Dr. Luts de Sousa Nobre Leite*

Pela Ordem dos Médicos de Portugal

O Bastonário, *Prof. Dr. José Germano Rego de Sousa*

Pela Ordem dos Médicos de São Tomé e Príncipe

O Conselheiro do Bastonário, *Dr. Frederico Sequeira*

Pelo Conselho Federal de Medicina do Brasil

O Presidente, *Dr. Edson de Oliveira Andrade*

Pela Associação Médica Brasileira

O Presidente, *Dr. Elvies Vieira de Paiva*

Pela Associação Médica de Moçambique
O Presidente, *Dr. Momedo Rafico Bagus*

DA MEDICINA E DA CULTURA HUMANISTA *Humanismo Pós-Moderno e Humanismo Científico*

No final do século passado, em 1996, apareceu no *Social Text*, uma revista cultural americana de grande divulgação, um artigo: *Transgressing the boundaries: Toward a transformative hermeneutics of quantum gravity*⁽¹⁾, era seu autor um professor de física da Universidade de Nova York, Alan Sokal. O artigo ridicularizava o dogma ultrapassado segundo o qual «existe um mundo exterior à nossa consciência, cujas propriedades são independentes de todo o indivíduo e mesmo de toda a humanidade». Afirma categoricamente «que a realidade física, da mesma forma que a realidade social é, fundamentalmente uma construção linguística e social». Acrescenta que «as constantes euclidianas e newtonianas consideradas universais, passaram a mera historicidade».

O artigo era, uma imitação burlesca, uma paródia, a uma forma de expressão pseudo-filosófica de intelectuais universitários anglo-saxónicos e franceses, que se tinha expandido, tornado credível e admirada, durante o último quarto do século passado.

Sokal, imediatamente denunciou a paródia, o que desencadeou enorme polémica e reservas à qualidade do *Social Text* quanto à aceitação de textos para publicação. Inúmeros universitários, formados e formandos, do domínio das letras e das ciências humanas, lhe escreveram com gratidão apoiando-o na sua rejeição das tendências absurdas de ilogismos flagrantes que, ultimamente, dominavam as suas disciplinas. Um estudante escreveu-lhe dizendo que tinha dispersado a despesa, custeada do seu bolso, na frequência de um curso universitário que comparava à compra de um luxuoso guarda-roupa de um rei que, como no conto, ia nu. O artigo de Sokal era construído sobre citações escritas de autores de renome internacional e muito respeitados, de natureza filosófica e das ciências sociais, com conceitos e reflexões baseados na ciência física, química, biológica e matemática. Sokal apelidou estes intelectuais de intelectuais filosófico-literários. Entre nós, temos como representante desta corrente pseudo-humanista Boaventura de Sousa Santos^(2,3) que o professor de física António M. Batista⁽⁴⁾, tal como Sokal, denuncia como disparate ilógico.

Alan Sokal e Jean Briemont, professor de física teórica na Universidade de Louvain, publicaram como co-autores o livro *Impostures Intellectuelles*⁽⁵⁾, revoltados com a evolução e expansão desta corrente de intelectuais universitários caracterizada pela recusa das tradições racionalistas e a adopção de elaboração teóricas independentes de toda a confirmação empírica, com um relativismo cognitivo e cultural que trata as ciências como «narrações».

Nesta corrente intelectual pseudo-humanista os autores servem-se da teoria da relatividade, da teoria quântica, da

matemática, da teoria de Bohr segundo a qual a imagem ondulatória e a imagem corpuscular são igualmente admissíveis no mundo físico, das fórmulas da indeterminação ou da incerteza de Heisenberg, da teoria do Caos e, do abuso obsessivo do virtual sobre o real, para a interpretação da filosofia das ciências, da interpretação dos fenómenos mentais, da psicanálise e, das ciências sociais. Pretendem desta forma, revelar o ser, o estar, o devir, formulando um pseudo-humanismo baseado em conhecimentos e terminologia de ciências exactas mal compreendidas, por falta de preparação, entrelaçados de forma ilógica, absurda e hilariante, a que Sokal e Bricmont denominaram, «para simplificar» de «posmodernismo».

No livro *Impostures Intellectuelles* Sokal e Bricmont demonstraram, na análise dos escritos de diferentes autores, como este «humanismo posmoderno» atinge o nível da impostura, abusando de forma redundante, de conceitos e termos com origem nas ciências físico-matemáticas. Descrevem as características da desonestidade deste movimento «humanístico-intelectual» como: «uma descrição de forma não estremada de teorias científicas de que se tem apenas uma vaga ideia, utilizando uma terminologia científica ou aparentemente científica sem compreender o seu significado; introdução de noções das ciências exactas nas ciências humanas sem a mínima justificação empírica ou conceptual; exibição de uma erudição superficial usando desesperadamente terminologia que julgam demonstrar grande sabedoria num contexto não adequado, com o propósito de impressionar ou intimidar o leitor com pouca preparação científica; manipulação de frases como jogo de linguagens sem qualquer relação, verdadeira intoxicação de termos, com soberana indiferença pelo seu significado».

Sokal e Bricmont começam por estudar Jacques Lacan e Júlia Kristeva. Ambos abusam de conceitos matemáticos que não dominam e, que de forma fantasista, aplicam para a análise psicológica e psicanalítica para o estudo da linguística, da crítica literária, da filosofia política, com erudição superficial. De Luce Irigaray, que também se dedicou aos estudo da psicanálise, da linguística e da filosofia das ciências, citam a frase: «[...] a ciência que manifesta certas escolhas e certas exclusões devidas ao sexo dos cientistas» e, «A equação $e=mc^2$ não será uma equação sexuada? Possivelmente sim, na medida que privilegia a velocidade da luz a outras velocidades, que nos são vitalmente necessárias...».

Do sociólogo das ciências Bruno Latour, que interpreta a teoria da relatividade como tecnicamente uma teoria social, citam: «Aprendemos alguma coisa com Einstein? [...] A



Eduardo Macieira Coelho

minha tese é que sem a posição de enunciador (o que está oculto na exposição de Einstein) e, sem a noção de centros de cálculo, o argumento técnico de Einstein é, ele mesmo, incompreensível». Sokal e Bricmont concluem que Latour confunde um enunciado pedagógico da relatividade com o «conteúdo técnico» da teoria e, que a análise de Latour está fundamentalmente viciada pela sua falta de compreensão da teoria de Einstein.

Relativamente ao sociólogo e filósofo Jean Boudillard, conhecido pelas suas reflexões sobre os problemas da realidade, do virtual, da aparência e da ilusão, sublinham que usa uma terminologia científica que não domina e, citam um texto a seu respeito da guerra do Golfo: «O mais extraordinário é que as duas hipóteses, o apocalipse do tempo real e da guerra pura e, o triunfo virtual e do real, acontecem simultaneamente, num mesmo espaço-tempo, perseguindo-se implacavelmente de forma recíproca. Isto significa que o espaço do acontecimento transformou-se em hiperespaço de múltipla relação e, que o espaço da guerra tornou-se definitivamente não euclidiano». Sokal e Bricmont comentam: «Afinal de contas o que é que isto quer dizer? O que é que pode ser um espaço euclidiano de guerra? Sublinhamos que o conceito de hiperespaço de refração múltipla não existe nem em matemática nem em física; esta expressão é uma pura invenção boudillardiana...». Sokal e Bricmont criticam ainda Gilles Deleuze, considerado um dos filósofos franceses mais importantes, que escreveu mais de uma dezena de livros em colaboração com o psicanalista Félix Guattari, recheados de terminologia das ciências exactas, da física, da matemática, de forma pseudo-científica e sem ligação lógica, por não compreenderem o sentido científico dos termos. Entre vários exemplos respigo o seguinte de um livro dos autores que citam: «*Qu'est-ce la Philosophie?*», em que se afirma: «A primeira diferença entre ciência e filosofia diz respeito à atitude respectiva da ciência e da filosofia em relação ao Caos. [...] Caos é, um vazio que não é nada, mas um virtual [...] É uma velocidade infinita que nasce e se apaga [...] ora a filosofia pretende guardar as velocidades infinitas, ganhando consistência e dando um conhecimento próprio ou vir-

tual. A ciência tem uma forma totalmente diferente de abordar o Caos, quase inversa: a ciência renuncia ao infinito, à velocidade infinita, para ganhar uma referência capaz de actualizar o Caos». Será que Deleuze e Guattari têm uma noção, mesmo banalizada, elementar, do Caos?

Sokal e Bricmont ridicularizam ainda Paul Virilo, famoso arquitecto e urbanista, que usa expressões da teoria da relatividade, velocidade, aceleração e desaceleração (velocidades positivas e negativas) para justificar a hiper-concentração de megapólis (México, Tóquio), confundindo velocidade e aceleração, os dois conceitos chave da descrição do movimento, apesar de exactamente definidas no início de qualquer curso de física elementar. Virilo, inspirando-se na teoria da relatividade, afirma: «Se o intervalo do tempo e o intervalo do espaço condicionaram a geografia e a história do mundo, através da geometrização dos domínios agrários e urbanos, a organização calendar e a medida do tempo presidiram igualmente a uma vasta regulação crono-política das sociedades humanas». Sokal e Bricmont comentam: «Na teoria da relatividade os intervalos espaço-tempo não coincidem de forma alguma com o que habitualmente denominamos como *espaço* e *tempo*. Mas, fundamentalmente não têm qualquer relação com a geografia da história do mundo».

Sokal e Bricmont salientam que o uso pelos posmodernistas de uma terminologia erudita, tecno-cultural, que é apresentada como ciência filosófica, é uma mistura de confusões monumentais e de fantasias delirantes com verborreia pseudo-científica.

Nesta espécie de humanismo, pseudo-científico, de intelectuais de formação universitária dedicados às ciências humanas, aos fenómenos mentais e sociais, que pretendem enriquecer as suas reflexões e conceitos com conhecimentos mal compreendidos e com terminologia das ciências exactas que não dominam, mas que apresentam com pompa de erudição, tem afectado e deformado gerações que já atingiram a idade adulta. O que também acontece em Portugal.

No nosso meio intelectual, num período anterior à eclosão do humanismo posmodernista, um



Alan Sokal



Jean Boudillard



Júlia Kristeva



Jacques Lacan



Bruno Latour



Félix Guattari



Paul Virilio



Guattari e Deleuze



Luce Irigaray



Gilles Deleuze

professor da Universidade de Lisboa, Eduardo Coelho desenvolveu o conceito de Humanismo Científico baseado numa pedagogia da cultura, quer dizer, «homens possuídos do conhecimento da filosofia e das ciências humanas, do conhecimento das ciências exactas, de forma a fazerem-se homens cultos no sentido de homens que se cultivam. Homens de cultura dirigida ao conhecimento do humano».

E. Coelho, além de professor de medicina e investigador clínico, deixou numerosos escritos sobre pedagogia universitária, formação ética e cultura, filosofia da história da medicina e da ciências. Muito jovem, no livro *Das Relações do Estado Cerebral com o Estado Mental*⁽⁶⁾ definiu «a razão como fenómeno biológico» afirmando que «nós pensamos não com o cérebro mas com todo o organismo [...] O espírito humano é um organismo destinado a pensar para actuar e, não a viver para pensar». Citando Déjerine, o famoso neurologista francês do princípio do século XX, que disse: «Chez l' homme le sentiment est à peu près tout et la raison peu chose», concluiu: «A filosofia moderna não apela para a razão. Assentemos que, na evolução, a razão é uma aquisição tardia em relação ao sentimento, que se pode considerar praticamente inato».

Para E. Coelho o conhecimento é o prazer de conhecer e a necessidade de explicar logicamente. Escreveu: «Cultura não é colecção de conhecimentos. Recebemos aquisições científicas, filosóficas, artísticas, literárias e, tomamos íntimo com o mundo das ideias. A nossa inteligência escolheu. Essa escolha é cultura, o resto desapareceu porque é supérfluo. A cultura é, portanto, não o conhecimento adquirido, mas o conhecimento utilizável»⁽⁷⁾.

Em relação ao enriquecimento da cultura por conceitos e conhecimentos das ciências exactas, sublinhava: «o sistema vital de ideias de cada tempo não pode ser construído, apenas, por concepções e convicções científicas. A cultura não é, portanto ciência, nem com ela se pode confundir, embora uma das características da civilização actual consista em que o seu conteúdo proceda, em grande parte, da ciência. Não confundamos na hierarquia dos valores e na inquirição do conhecimento, a experiência estética, ética, metafísica, com a experiência científica. Pela cultura possuímos uma ideia completa do mundo e do homem, o qual não é dado pela ciência. «[...] As ciências devem ser auxiliares da cultura e da vida espiritual»⁽⁸⁾.

Como é flagrante a diferença de atitude mental entre esta forma de conceber uma cultura hu-

manista com respeito pela ciência e, a cultura humanista posmoderna que se serve da terminologia científica como forma de expressão pseudo-filosófica.

Mais tarde, E. Coelho acrescentava: «Compreender a vida só pela inteligência e pela ciência, é cair no vício intelectualista que leva tantas vezes ao fracasso da inteligência». «[...] Todavia já não há lugar para o humanismo no sentido clássico, porque o novo humanismo há-de ser estruturado pela ciência e o espírito científico, orientando a cultura humanista no sentido do humanismo científico». «[...] A cultura não é erudição, é sabedoria; uma visão de conjunto, informativa, da problemática do conhecimento». «[...] A cultura humanista deverá alargar-se, passando do humanismo clássico ao humanismo científico, ultrapassando, contudo, a dimensão científica ao adoptar o critério filosófico, porque a ciência não pode ser a medida, nem pode codificar a vida»⁽⁹⁾.

Em suma, o conhecimento da ciência deve fazer parte da educação. O homem cultivado deve enriquecer-se com o conhecimento científico e, desta forma, a cultura humanista enriquece-se de uma cultura científica. Se erudição é acumulação de conhecimento, cultura é entrelaçamento e análise crítica do conhecimento. Se humanismo científico é dedutivo, cultura humanista é indutiva e cultura é universalismo.

O conceito de Humanismo Científico é, quanto a nós, a oposição racionalista, *avant la lettre*, ao Humanismo Posmoderno pseudo-científico.

BIBLIOGRAFIA

1. Sokal AD. Transgressing the boundaries: Toward a transformative hermeneutics of quantum gravity. *Social Text*; 1996 46/47: 217–252
2. Santos BS. Introdução a uma Ciência Post-Moderna. Edições Apontamento. Porto, 1989
3. Santos BS. A discourse on the sciences. Review. *Fernand Brandel Center*. 1992; 15 (1): 9 – 47
4. Batista, AM. O Discurso Pós-Moderno Contra a Ciência – Obscurantismo e Irresponsabilidade. Gradiva. Lisboa, 2002
5. Sokal A. Bricmont J. *Impostures Intellectuelles*. Éditions Odile Jacob. Paris, 1997
6. Coelho E. *Das Relações do Estado Cerebral com o Estado Mental*. O Critério Biológico em neurologia. Porto Médico Ltd. Porto, 1923
7. Coelho E. *A Cultura Humanista e a Medicina*. Bertrand. Lisboa, 1936
8. Coelho E. *Da Filosofia da Medicina e Outros Ensaio*s. Livraria Luso-Espanhola. Lisboa, 1960
9. Coelho E. *Temas Universitários*. Cultura, Ensaio, Investigação. Ática. Lisboa, 1965

In Memoriam Dr. João Simões Raposo (1921-2003)

Como um dos discípulos que mais de perto conviveu e trabalhou com o Dr. Simões Raposo, cumpre-me tentar destacar o enorme contributo do Médico e do Homem ao longo da sua vida.

Os primeiros contactos decorreram no Hospital de Santa Marta, quando em 1972, ingressei no Internato de Radiologia do respectivo Serviço de que era então seu Director.

Desde o primeiro momento criou em mim o hábito de seguir os casos radiológicos mais importantes, bem como a sua eventual publicação ou a sua apresentação sob a forma de comunicação, aquilo que ele designava por “tró-la-ró”. No fim do Internato, em 1975, e devido à falta de médicos no Serviço, o Dr. Simões Raposo entendeu que durante os quatro anos da minha Comissão de Serviço em Londres e Nova Orleães, asseguraria as minhas funções.

Assim, passou ele próprio a efectuar semanalmente aos sábados os exames do tubo digestivo que me competiam, e, entretanto, equipou o Serviço com um Centro de Angiografia o que permitiu dar continuidade às técnicas que tinha iniciado no estrangeiro.

Uma vez regressado dos EUA, foi um dos principais responsáveis pela vertente académica da minha vida.

Posso afirmar que foi graças ao apoio e à influência amiga do Dr. Simões Raposo que a minha vida conheceu o percurso profissional que teve.

Mesmo depois de reformado, continuou a acompanhar de perto a minha carreira hospitalar e académica.

Entre os amigos, considerava-me mesmo como um filho.

É já com muita saudade que em traços largos me proponho partilhar convosco a ilustríssima figura que foi o Dr. João Simões como médico e homem.

Nasceu em Lisboa no dia 21 de Março

de 1921.

Iniciou o curso liceal no Liceu Central de Gil Vicente no ano lectivo de 1931 a 1932. Entrou em Setembro de 1939 para a Administração Geral do Porto de Lisboa. Funcionário daquela Administração terminou como trabalhador estudante o curso liceal em 1939 – 1940, e mais tarde em 1951 exerceu as funções de médico adjunto do Serviço de Saúde de Medicina do Trabalho. Ainda como trabalhador estudante fez os preparatórios de Medicina na Faculdade de Ciências de Lisboa (1941-1942), matriculou-se na Faculdade de Medicina de Lisboa (1942-1943) e licenciou-se em Medicina e Cirurgia em 26 de Junho de 1947 com a média final de Curso de 16 valores com a qualificação de Bom com distinção.

Cumpriu os seus deveres militares (Curso de Oficiais Melicianos) nos anos de 1942, 1943 e 1944.

Profundamente influenciado durante o seu curso por mestres como os Professores Pulido Valente, Cascão de Anciães, Fernando Fonseca, Adelino Costa, Jorge Horta, Aleu Saldanha e Ducla Soares, decidiu antes de iniciar a Especialização que havia de ser a sua, realizar uma cuidadosa preparação médica geral, interessando-lhe particularmente a Medicina Interna e alguns aspectos da Saúde Pública.

Terminada a Faculdade trabalhou como voluntário no Serviço de Doenças Infecto-Contagiosas dos Hospitais Cívicos de Lisboa, no Hospital Curry Cabral dirigido pelo Professor Oliveira Machado, de 1947 a 1949.

Em 1949, por convite do Professor Cascão de Anciães, de quem viria a ser adjunto, trabalhou durante 3 anos nos meses de Verão, na Estancia de Pedras Salgadas. Em 1951 sob orientação do Dr. Dias Amado trabalhou durante 1 ano no Laboratório de Investigação de Aná-

lises Clínicas do Instituto Português de Oncologia. Este estágio ser-lhe-ia particularmente útil quando iniciou os seus trabalhos em laboratórios de isótopos. Fez estes estágios porque sempre entendeu que a prática da Radiologia, especialidade que estava no seu espírito, exige uma formação médica geral que permita a perfeita compreensão, com base na fisiopatologia e na clínica dos problemas levantados pela observação e tratamento dos doentes com radiações ionizantes.

Em 1951 foi nomeado perito médico da 3ª Vara do Tribunal do Trabalho de Lisboa.

Efectuou os seguintes cursos como preparação médica geral da sua carreira de Medicina:

Curso de Hidrologia Médica (1948), Curso de Medicina Tropical (1951), Curso Superior de Medicina Sanitária (1951), como Bolseiro do British Council o Curso de Sanidade e Defesa Sanitária dos Portos nos Serviços de Saúde dos Portos de Londres e Liverpool (1951); o Curso de Recuperação de Acidentados (Londres, 1951) e o Curso de Medicina Industrial (Manchester 1952).

Tendo considerado terminada a preparação Médica Geral, iniciou a sua preparação na especialidade de Radiologia em 1952 sob a orientação do Professor Aleu Saldanha no Serviço de Radiologia do Hospital de São José. Efectuou então vários estágios, cursos, exames e concursos públicos. Dentro dos cursos e estágios referidos destaca-se o Curso de Física Nuclear e Aplicações Médicas de Radioisótopos, no Centro de Estudos de Energia Nuclear, de 1955 a 1956.

De 1954 a 1955 foi encarregado das aulas práticas de Radiologia na Faculdade

de Medicina de Lisboa. Por convite do Professor Aleu Saldanha, trabalhou no seu consultório de Janeiro de 1953 a Outubro de 1955. De Novembro de 1955 a Setembro de 1963 trabalhou igualmente por convite no consultório do Dr. Manuel Corte Real.

Já era estagiário no Serviço de Radiologia do Hospital de São José quando foram criados nos Hospitais Cíveis de Lisboa, os Internatos de Radiologia, incluindo o Internato Graduado que não existia até aí na Carreira Hospitalar. Apresentou-se a concursos e, podendo não o fazer no período transitório previsto, começou pelo Internato Geral.

Iniciou o Internato Geral nos Hospitais Cíveis de Lisboa em 19 de Abril de 1954, após concurso público em que ficou classificado em 3º lugar e que terminou em 31 de Março de 1956. No Internato Geral trabalhou em Medicina no Hospital de São José sob a direcção do Professor Oliveira Machado e em Cirurgia igualmente no Hospital de São José sob a direcção do Dr. José Paredes e ainda na Urgência (Banco) sob a direcção do Dr. Baptista de Sousa.

No serviço das enfermarias, efectuava de forma sistemática o estudo dos exames radiológicos dos doentes que lhe estavam entregues.

No Banco tomou contacto com a Radiologia das situações abdominais agudas. Entretanto a Ordem dos Médicos resolveu, inesperadamente, transformar a antiga especialidade de Radiologia em duas especialidades Radiológicas distintas: Radiodiagnóstico e Radioterapia e Medicina Nuclear as quais exigem preparações, estágios e provas diferentes. Também isso fez.

Em 1956, efectuou o concurso para o Internato Complementar de Radiologia, ficando classificado em 1º lugar e posteriormente colocado no Serviço de Radiologia do Hospital de São José, de que era Director o Professor Carlos Santos. Iniciou o Internato Complementar de Radiologia em 31 de Março de 1956 e concluiu-o a 1 de Abril de 1957.

Foi Graduado de Radiologia de 22 de Fevereiro de 1958 a 12 de Junho de 1960, data em que iniciou as funções de Assistente de Radiologia após concurso de

provas públicas, curriculares, práticas e eliminatórias no qual ficou classificado em 1º lugar, tendo sido colocado no Serviço de Radiologia do Hospital de São José (Director Dr. Martins da Silva).

Efectuou o exame documental para obtenção do título de Especialista em Radioterapia e Medicina Nuclear pela Ordem dos Médicos em 1956 e o exame documental para obtenção do título de Especialista em Radiodiagnóstico pela Ordem dos Médicos em 1958.

Como bolseiro do Instituto de Alta Cultura em 1956 estagiou no Laboratório de Betatrão e Siclotrão, na Suíça e no Instituto Roentgen do Hospital de Berna. Igualmente como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, no mesmo ano, frequentou o Curso de Radioisótopos em



Medicina no Hospital de Hammersmith em Londres, de Agosto a Setembro de 1957, e estagiou no Instituto Curie e no Instituto Gustave Roussy em Paris em 1957. Durante o Curso de Radioisótopos teve oportunidade de visitar os Serviços de Radiologia divididos em secção de Diagnóstico e Radioterapia dos seguintes hospitais Ingleses: Royal Infirmary (Sheffield), University College Hospital (Londres) e Hammersmith.

Reconhecida a sua idoneidade para o exercício de Medicina do Trabalho pela Ordem dos Médicos em 1965.

A 7 de Março de 1969 assume as funções de Director do Serviço de Radiologia do Hospital de São José, substituindo o Dr. Martins da Silva então transferido para o Hospital de Dona Estefânia.

Realizou o concurso de provimento de vaga para Director de Serviço de Radiologia do Hospital de São José em 23 de Junho de 1969 tendo sido aprovado por unanimidade.

Em 5 de Fevereiro de 1971 foi transferido, a seu pedido, para o Serviço de Radiologia do Hospital de Santa Marta, tendo contudo a obrigação de prestar todo o apoio ao Serviço de Radiologia do Hospital de São José.

Por despacho do Secretário de Estado da Saúde de 11 de Fevereiro de 1981 foi transferido para o hospital de Santa Cruz em Comissão de Serviço, como Director do Serviço de Radiologia. Em 30 de Março de 1983, foi nomeado Director e Coordenador do Departamento de Medicina Nuclear. Regressado em 13 de Outubro de 1983 ao Hospital de Santa Marta, a seu pedido, onde passou a exercer funções de Director de Departamento em tempo completo prolongado a partir dessa data até à sua aposentação em 1 de Julho de 1988.

Aceitou vários cargos na Ordem dos Médicos, de índole não científica, porque sempre lhe pareceu que o exercício da profissão médica acarretava o dever moral de defender o seu prestígio e legítimos interesses de quem a pratica. Assim foi:

Vogal do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos, de 1959 a 1962. Membro do Conselho Regional de Lisboa na Comissão do 7º Bairro Fiscal de Lisboa, para fixação da matéria colectável dos Radiologistas. Ordem dos Médicos, de 1964 a 1965.

Vogal da Comissão Regional de Radioterapia e Medicina Nuclear. Ordem dos Médicos, de 1965 a 1967 e em 1968.

Ao longo da sua vida manteve íntimos contactos com a Radiologia dos países mais adiantados e, em particular, com os melhores centros de Radiologia em Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Espanha e Brasil.

Desempenhou ainda as seguintes funções:

Vogal da Comissão de inquérito preliminar às condições de protecção con-

tra as Radiações Ionizantes em algumas instalações oficiais e privadas de Raios X. Junta de Energia Nuclear e Direcção Geral de Saúde, 1957.

Vogal da Comissão de Redacção do Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, 1957 a 1960.

Membro da Comissão que estudou as primeiras medidas de protecção contra as Radiações Ionizantes propostas ao Governo. Junta de Energia Nuclear em 1959.

Vogal da Comissão de Estudo da Aparelhagem de Raios X destinada a fornecer hospitais regionais e sub-regionais. Direcção Geral dos Hospitais em 1962.

Membro do Comité Internacional de Radiologia da Sociedade Internacional de Radiologia, 1959 a 1962 e 1965 a 1968.

Vogal da Comissão de Protecção contra as Radiações Ionizantes. Junta de Energia Nuclear em 1962.

Foi importante a sua actuação nesta Comissão, porque pela sua iniciativa e insistência, foi incluída no Decreto Lei n.º 44060, de 25 de Novembro de 1961, artigo 13º, permitindo aos Servidores do Estado vítimas de acidente de trabalho ou doença profissional resultante de exposição às radiações ionizantes direito legal a devida indemnização.

Vogal da Comissão Técnica de Reapetrechamento Radiológico Hospitalar. Direcção Geral dos Hospitais, em 1966.

Delegado à Assembleia Geral da Federação Latina das Sociedades de Radiologia, em 1964.

Delegado à Assembleia Geral da Associação Europeia de Radiologia, em 1968.

Membro do Conselho da Associação Europeia de Radiologia, em 1968.

Vogal da Comissão do Estudo do Centro – Piloto de Medicina Nuclear. Ministério da Saúde e junta de Energia Nuclear, em 1969.

Vogal da Comissão Técnica de Radiologia dos Hospitais Cívicos de Lisboa, em 1969.

Delegado permanente dos Directores de Serviço de Radiologia junto da Administração dos Hospitais Cívicos de Lisboa, 30 de Abril de 1970.

Vogal da Comissão Portuguesa Organizadora da Associação Luso-Brasileira de Protecção contra as Radiações. Rio de

Janeiro, 1971.

Vogal do Grupo de Trabalho para Estudo da Reorganização dos Serviços de Radiologia. Hospitais Cívicos de Lisboa, 06 de Março de 1971.

Vogal da Direcção do Fórum Atómico Português, 26 de Maio de 1971.

Comissão da Idoneidade e dos Internatos para os Hospitais Distritais. Ministério dos Assuntos Sociais de 07 de Julho de 1971

Vogal do Conselho Técnico dos Hospitais Cívicos de Lisboa, eleito em 11 de Outubro de 1971.

Vogal da Comissão Médica e da Comissão de Investigação e Ensino dos Hospitais Cívicos de Lisboa. 19 de Outubro de 1971.

Comissão de Reforma do Regime de Instalação dos Hospitais Cívicos de Lisboa, despacho de 27 de Dezembro de 1971 n.º 3, portaria n.º 681/71 de 07 de Dezembro.

Presidente da Comissão de Reforma no Hospital de Santa Marta com funções de Director Clínico, designado por despacho do Senhor Ministro da Saúde, de 22 de Fevereiro de 1972.

Consultor do Laboratório de Física e Engenharia Nucleares da Junta de Energia Nuclear – para assuntos de Protecção contra os perigos de Radiações Ionizantes e Radiologia, 1973.

Encarregado de tarefa de rever e reestruturar os estatutos da Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear, 21 de Maio de 1973.

Nomeado para Presidente da Comissão Técnica da Radiologia em 18 de Junho de 1974.

Comissão Consultiva para o estudo dos problemas da Urgência, 23 de Novembro de 1974.

Consultor da Comissão Instaladora do Hospital de Portalegre, 02 de Dezembro de 1974.

Consultor de Radiologia na Comissão Instaladora dos HCL, 12 de Dezembro de 1974.

Grupo de trabalho para o estudo da resolução dos problemas de Saúde Pública inerentes à utilização das Radiações Ionizantes para fins médicos e científicos industriais, Direcção Geral de Saúde, 15 de Janeiro de 1976.

Constituição de um Grupo de Trabalho da Comissão Instaladora para proceder ao estudo e divisão dos Mapas Médicos dos HCL, 12 de Fevereiro de 1976.

Leccionou inúmeras aulas práticas e teóricas em vários cursos da especialidade.

Foi Secretário Geral de vários Congressos de Radiologia nacionais e internacionais, dentro dos quais se destacam: Secretário Geral adjunto do 4º Congresso Médico dos Radiologistas e Electrologistas de Cultura Latina. Lisboa, 1957.

Secretário da Delegação Portuguesa ao 9º Congresso Internacional de Radiologia. Munique, 1959.

Representante do Laboratório de Física e Engenharia Nucleares na 21ª Reunião da Associação de Medicina Aeroespacial da Nato. Lisboa, 1964.

Secretário da Delegação Portuguesa ao 6º Congresso Médico dos Radiologistas e Electrologistas de Cultura Latina. Bruxelas, 1964.

Secretário da Comissão Portuguesa organização do 1º Congresso Luso-Brasileiro de Radiologia, Rio de Janeiro, 1965.

Secretário da Delegação Portuguesa ao 8º Congresso Médico de Radiologistas e Electrologistas de Cultura Latina. Barcelona, 1967.

Secretário Geral do 2º Congresso Luso-Brasileiro de Radiologia. Lisboa, Coimbra e Porto, 1968.

Representante do Laboratório de Física e Engenharia Nucleares na 3ª Conferência Internacional de pneumoconioses. Joanesburgo, 1969.

Secretário da Comissão Portuguesa organizadora do 3º Congresso Luso-Brasileiro de Radiologia e 8º Congresso dos radiologistas de Cultura Latina. Rio de Janeiro, 1970.

Secretário da Delegação Portuguesa ao 2º Congresso Europeu de Radiologia. Amsterdam, 1971.

Nestes Congressos presidiu a várias Sessões Científicas.

De realçar o seu papel decisivo no estreitamento das relações com o Colégio Brasileiro de Radiologia e da defesa da Federação Latina das Sociedades de Radiologia.

A sua constante preocupação pelos problemas de Saúde Pública e Medicina do Trabalho em ligação com as Radiações Ionizantes, levaram-no, principalmente, a considerar seu dever colaborar na formação profissional de médicos e técnicos e em geral na consciencialização dos utentes da aparelhagem de Raios X. Dos seus trabalhos publicados, de referir apenas os seguintes que revelam bem as suas preocupações:

Perigos das Radiações Ionizantes e Medidas de Protecção. Aspectos do problema no nosso país. *Jornal «O Médico»* 1956. Noções elementares de protecção contra as Radiações. *Laboratório de Física e do Centro de Estudos de Energia Nuclear*, 1956.

Radioterapia de super-voltagem com betatrões. *Centro de Estudos de Energia Nuclear e Junta de Energia Nuclear*. Lisboa, 1957.

Aparelho de Raios X. Principais características e aplicações clínicas. *Laboratório de Física e Engenharia Nucleares*. Lisboa, 1964.

Mecanismos íntimos da acção das Radiações Ionizantes e seus efeitos nas células, tecidos e organismos humanos. *Laboratório de Física e Engenharia Nucleares*. Lisboa, 1964.

A Protecção contra as Radiações em Portugal. *Laboratório de Física e Engenharia Nucleares*. Lisboa, 1965.

Noção de risco e recomendações de protecção em diagnóstico radiológico. *Laboratório de Física e Energia Nucleares*. Lisboa, 1967.

Teve um papel importante e prestigiante na Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear de que foi Secretário Geral, de 1958 a 1971 e Presidente de 1980 a 1983.

Sócio honorário de várias Sociedades Médicas Nacionais e Estrangeiras.

Durante a sua vida profissional mereceu os seguintes louvores e distinções.

Louvor publicado na Ordem de Serviço número 4982, de 20 de Março de 1958, nos Hospitais Cívicos de Lisboa, pelo «seu trabalho e aplicação ao serviço», como interno do 3º ano do Internato Complementar de Radiologia.

Louvor da Assembleia Geral da Socieda-

de Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear na sua reunião de 11 de Junho de 1958, sob proposta da respectiva Direcção.

Louvor publicado na Ordem de Serviço número 5091, de 15 de Janeiro de 1959, dos Hospitais Cívicos de Lisboa «pela boa vontade, desejo de servir e interesse pelas suas funções» bem como «pela sua colaboração inteligente na Secção de Radioterapia, e muito especialmente pelos seus trabalhos sobre protecção contra as Radiações», sob proposta do Director do Serviço de Radiologia do Hospital de São José.

Medalha de bons serviços e exemplar comportamento da Administração Geral do Porto de Lisboa, 1968.

Louvor da Comissão Organizadora da Associação dos Técnicos e Auxiliares de Radiologia de Portugal em 25 de Fevereiro de 1969, pelo «profundo reconhecimento não só pelo elevado donativo com que dignificou auxiliá-la, como também pelas inúmeras provas de apoio carinho e estímulo com que a tem distinguido».

Louvor pelo Enfermeiro-Mór dos Hospitais Cívicos pelos seus trabalhos intitulados «estudo para a renovação do Serviço de Radiologia do Hospital de São José» e «estudo para a renovação do Serviço de Radiologia do Banco do Hospital de São José», sendo considerados dois excelentes trabalhos com nível, que define o Homem na execução da ingrata tarefa que se nos depara, Lisboa, 9 de Setembro de 1969.

Louvor pelo Enfermeiro-Mór dos Hospitais Cívicos de Lisboa pela «útil e esforçada colaboração desenvolvida na assistência aos doentes que acorreram ao Banco por motivo do desastre que se verificou na Moita», de 16 de Setembro de 1969.

Louvor pela Administração Geral do Porto de Lisboa «pela muita competência, grande dedicação, extraordinário apuro e apurada inteligência com que serviu esta Administração Geral durante mais de 16 anos como Médico-adjunto do Serviço de Saúde e Medicina do Trabalho», Lisboa, 11 de Dezembro de 1969.

Placa de ouro do 3º Congresso Luso-Brasileiro de Radiologia «pela sua contribuição para a organização do Congresso e pelos seus serviços à causa da apro-

ximação dos radiologistas e dos físicos brasileiros e portugueses». Rio de Janeiro de 1970.

Louvor pelo Enfermeiro-Mór dos Hospitais Cívicos de Lisboa, «pela prestimosa e leal colaboração que sempre lhe dispensou», Lisboa, 22 de Janeiro de 1970.

Louvor por aclamação pela Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Radiologia «pela sua nunca desmentida dedicação ao serviço da Sociedade durante os 14 anos em que foi o seu 1º Secretário Geral», Lisboa 07 de Junho de 1971.

O Dr. João Simões Raposo impunha-se rápida e naturalmente à consideração, respeito e estima de todos os que com ele trabalhavam, dadas as naturais e enormes qualidades de liderança e de humanidade que possuía e praticava.

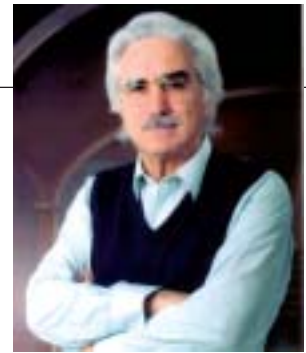
Assim, através de uma sistemática pedagogia da persuasão, alicerçada numa serenidade e tranquilidade exemplares, a par de uma inesgotável afabilidade, os mais difíceis problemas e contrariedades acabavam com ele por ser enquadrados e ultrapassados sempre que possível.

Acresce que além disso, sempre evidenciando um trato de educação ímpar, uma praxis muito disciplinada e disciplinadora, e uma capacidade de inteligência, argúcia e síntese verdadeiramente invulgares. Não só convencia os opositores, como motivava os colaboradores, pelo que todos aqueles que com ele de perto contactavam, dificilmente escapavam à sedução do gentleman e ao fascínio das suas qualidades humanas e profissionais. Como um dos seus colaboradores mais íntimos, aqui me permiti invocar o homem e o médico, que pela sua dimensão superior conquistou para sempre o respeito da classe médica além da especialidade que tanto ajudou decisivamente a consolidar, e ainda dos Amigos e da enorme legião dos seus colaboradores e doentes que com ele privaram.

Bem haja Dr. Simões Raposo.

João Martins Pisco

Excepcionalmente publicamos este artigo já publicado na Acta Radiológica Portuguesa



Jaime Milheiro
Psiquiatra, Psicanalista

Cancro e melancolia

No fim do jantar festivo, Jonas perorava:

“Não levaremos muitas décadas a concluir que cancro e melancolia são a mesma doença. Que são apenas facetas divergentes dum mesmo núcleo comum. Quando os mais fortes paradigmas da actual medicina (cirurgia + antibióticos) tiverem esgotado as suas potencialidades, haverá melhores condições para discernir isso mesmo: cancro e melancolia são a mesma doença, representam a mesma íntima dissonância da música do indivíduo. Ambos sinalizam ruídos violentos e trajectos descomandados, divergindo apenas na escolha do caminho.

E passarão a ser tratados da mesma maneira!

Talvez até já haja, no conhecimento genético, algumas possibilidades de avaliação desta paridade. Geneticistas o poderão dizer. Mas, por agora, ninguém bem formado pensa nisso!”

E continuava, sorrindo:

“É até muito curioso que na sua face visível, as duas doenças pareçam divorciar-se compulsivamente:

- Em Porto Rico, todos conhecemos famílias atreitas a cancros e melancolias onde, aparentemente, uma surge como reverso da outra. Nunca aparecem em simultâneo: nunca se viu cancro em melancolia, nem melancólico em oncologia.
- E todos conhecemos acidentes de vida que supostamente arrastariam depressões (perdas afectivas, tragédias, reformas) mas em cancros desaguam. Cancros onde uma eventual faceta depressiva será mera superficialidade, havendo sempre no ar uma estranha impressão de incompatibilidade de fundo.

... mas na sua face invisível e afectiva pareçam amar-se perdidamente:

- Em Porto Rico todos conhecemos intensas subjectividades onde a melancolia é considerada “cancro da cabeça”, definitivo e mortal.

- E subjectividades igualmente intensas onde o cancro é considerado “melancolia natural”, própria do fim.

Qual será o sentido destas interligações?

Não sinalizarão a mesma interioridade e a mesma perturbação: o mesmo absurdo interno que a melancolia anuncia e o cancro executa?

Num sistema onde quem faz não avisa e quem avisa não faz?”



I

“Vivemos em Alcatraz dentro da cidade” acrescentava Jonas ainda, num alarme meio divertido.

“Habitamos jardins de prisões engalanadas. Muitos cidadãos estão mal na sua pele: neles as palavras reverberam, não lhes massajam o corpo. Ditas ou recebidas, as palavras não fluem e profundamente arquitectam anomias comprometedoras. Só ruídos ganham forma nas correntes íntimas

do sujeito: cancros e melancolias disparam, contrariamente aos animais em liberdade.

Tabacos ou lutos, lembrando alguns factores vulgarmente responsabilizados, não serão os verdadeiros agentes da hecatombe: apenas activam desarmonias preexistentes e focam espartilhos há muito esperando algo que os accione. Mobilizam as contradições e desencadeiam respostas: atrofia de si (melancolia) ou hipertrofia de si (cancro)... dependendo a orientação num ou noutra sentido das clivagens psicossomáticas de cada um.

As palavras, nos seus afectos e equilíbrios, são veículos eternos de silêncios e melodias. São tão (des)integradoras que podem bloquear ou construir. Quando a sua musicalidade falha, cicatrizam-se em absurdos de cancro e melancolia.

Aliás, são tão intrinsecamente componentes do corpo de Adão e Eva que o teatro, a música e a dança delas emergem em todas as culturas. Discernir o seu derrame será captar os “ruídos internos” que suportam as duas doenças. E será uma peça decisiva do conhecimento”

II

Jonas não mereceu qualquer comentário dos médicos presentes. Todos continuaram calados, num silêncio de Vintage, que a Fininha exemplarmente resolveu:

“...os disparates que estás p’ra aí a dizer cheiram-me a ignorantes provocações: se calhar só tiraste Medicina por correspondência...”

tudo se descontraindo novamente. A Fininha tem razão. Não se deve brincar com coisas sérias!

Pequeno-almoço é fundamental para o coração

Não tomar o pequeno-almoço pode ser prejudicial para o coração segundo indicia um estudo publicado no American Journal of Clinical Nutrition. Os investigadores descobriram que não tomar o pequeno-almoço aumenta os níveis de colesterol e diminui a sensibilidade do organismo à insulina. Além disso, a tendência é para ingerir mais calorias ao longo do dia, o que contribui para o aumento de peso. Assim os especialistas sublinham a importância da primeira refeição do dia na manutenção de um bom estado de saúde.

Espondilite anquilosante

Está a decorrer o primeiro estudo que vai avaliar o impacto sócio-económico da espondilite anquilosante em Portugal. A fase de inquéritos do estudo R.A.I.S.E. (Realidade Actual do Impacto Sócio-Económico da Espondilite) arrancou durante um encontro da Associação Nacional de Espondilite Anquilosante e as conclusões vão ser apresentadas no final deste ano. De acordo com o responsável pelo estudo R.A.I.S.E., «o objectivo principal é obter uma ideia, quer em termos de qualidade de vida, quer em termos financeiros, de qual o impacto que a doença tem na vida destes indivíduos». Existe, portanto, a necessidade de aferir «quais são os custos para o doente, para a sociedade e para o Estado, quantos encargos têm estes doentes devido à doença e até que ponto é que isso se co-relaciona com a sua qualidade de vida». O estudo vai destacar quais os gastos directos que os doentes têm em cuidados de saúde, como as consultas, os meios complementares de diagnóstico, medicamentos ou internamento e irá incluir uma análise do estado profissional desta população.

Cardiocare 2005

Um conjunto de especialistas portugueses e internacionais de doenças relacionadas com a área cardio e cerebrovascular estiveram presentes num Fórum organizado pela Pfizer a debater, nomeadamente, os seguintes temas: “risco cardio e cerebrovascular no doente diabético”, “dados epidemiológicos em Portugal e no mundo”, “a atorvastatina no diabético”, “o processo aterosclerótico – fisiopatologia” e “estratégia integrada na redução do risco cardiovascular”.

AGENDA

1.º Ciclo de Conferências de Saúde do Centro de Estudos Ibéricos – Saúde sem Fronteiras de Maio 2004 a Maio de 2005

(1 conferência por mês)

Local: Sala da Assembleia Municipal – Guarda

Contactos: Telef./Fax.: 271 220 212;

E-mail: cei@cei.pt

22º Encontro Nacional de Clínica Geral 9 a 12 de Março de 2005

Local: Tivoli Marina Hotel

Contactos: Telef.: 217 615 250 Fax.: 271 933 145;

E-mail: apmcg@netcabo.pt

3rd European HIV Drug Resistance Workshop 31 de Março a 2 de Abril de 2005

Local: Atenas, Grécia

Contactos: Telef.: 218 422 700

VI Encontro Coninbrigaе Salus Cuidados Articulados

14 e 15 de Abril de 2005

Local: Hotel Tryp - Coimbra

Contactos: Telef.: 239 484 287 Fax.: 239 484 779;

E-mail: apmcg.cb@mail.telepac.pt

EULAR 2005 – European Congress of Rheumatology

8 a 11 Junho de 2005

Local: Viena (Áustria)

Contactos: Viagens Abreu, S.A. - Dept. Congressos;

Tel.: 222043590 - Fax: 222043693

11th World Congress on Pain

21 a 26 de Agosto de 2005

Local: Sydney, Austrália

Contactos: Telef.: 218 422 700

Ecco 13 - The European Cancer Conference 30 de Outubro a 3 de Novembro de 2005

Local: Paris, França

Contactos: congressos@geotur.com

Campbell Collaboration Colloquium

O Centro de Estudos de Medicina Baseada na Evidência (CEMBE) da Faculdade de Medicina de Lisboa organizou o Fifth Annual Campbell Collaboration Colloquium: Supply and Demand for Evidence. No colóquio debateu-se o efeito das revisões sistemáticas de alta qualidade em intervenções na área do crime, justiça, educação, acção social, saúde etc. O modo como as revisões sistemáticas podem ser usadas para apoio à decisão, ou em programas de intervenção, foram temas igualmente abordados neste evento que reuniu cerca de 300 participantes.

Associação dos Médicos Gestores de Unidades de Saúde

Foi criada a Associação dos Médicos Gestores de Unidades de Saúde (AMGUS) que visa o desenvolvimento de acções específicas que promovam o debate acerca da gestão de saúde em Portugal no seio da classe médica, bem como o reconhecimento, por parte da sociedade em geral, da importância que esta questão assume. A AMGUS vai desenvolver as suas actividades segundo três vectores orientadores: uma vertente institucional que responde à vontade dos médicos de se assumirem como parceiros efectivos nos processos de decisão na área da saúde; uma vertente formativa, que promove a actualização dos conhecimentos dos associados, através da organização de congressos, palestras, seminários, e de pequenos cursos e por fim, uma vertente empresarial, que contribuindo para o estreitamento das relações entre os médicos, facilite o desenvolvimento de projectos empresariais.

Grupo Bial entra para a EFPIA

O grupo Bial foi aceite na EFPIA (The European Federation of Pharmaceutical Industries and Associations - Federação Europeia das Industrias e Associações Farmacêuticas), sendo a única empresa nacional a fazer parte desta instituição que reúne as companhias de investigação do sector farmacêutico europeu. Fundada em 1978, a EFPIA representa a indústria farmacêutica europeia e tem como principal objectivo fomentar a investigação no sector farmacêutico, promovendo a criação de condições para que as empresas desenvolvam novos medicamentos tendo em vista a melhoria da saúde e da qualidade de vida de todas as pessoas.

Protocolo para o desenvolvimento da investigação

Foi assinado um protocolo para promover o desenvolvimento de novos grupos de investigação biomédica em Portugal entre a Apifarma e a Fundação Calouste Gulbenkian. Através de um processo de financiamento por parte da Apifarma e de empresas da Indústria Farmacêutica, pretende-se oferecer a cientistas, com um percurso de quase dez

anos de investigação, a possibilidade de prosseguirem o seu trabalho em Portugal, com condições mais próximas das que encontrariam nas instituições internacionalmente mais conceituadas. O protocolo foi assinado por João Gomes Esteves, presidente da APIFARMA, e por Rui Vilar e Diogo de Lucena, respectivamente presidente e administrador da Fundação Calouste Gulbenkian.

Primeiro Serviço de Nefrologia certificado em Portugal

O Serviço de Nefrologia do Centro Hospitalar do Médio Tejo, S.A. obteve a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade segundo a Norma NP EN ISO 9001:2000, atribuída pelo organismo independente de certificação SGS ICS, tornando-se assim no primeiro Serviço de Nefrologia em Portugal a obter a Certificação da Qualidade, num processo que se iniciou em Junho de 2003. O âmbito da certificação abrange a prestação de serviços de Nefrologia nas actividades de Internamento, Consulta Externa, Técnicas Depurativas (Hemodiálise, Hemofiltração, Plasmaferese e Hemoperfusão) e Apoio Nefrológico Interno / Externo.

Bolsas BMS: apoio à investigação

A Associação Portuguesa para o Estudo Clínico da SIDA (APECS) atribuiu a terceira Bolsa de investigação Bristol-Myers Squibb a um grupo de investigadores portugueses cujo projecto tem como objectivo identificar e estudar factores responsáveis pela ausência de reconstituição imunológica em doentes infectados pelo VIH-1 sob terapêutica anti-retrovírica com controlo eficaz da replicação viral. O conhecimento dos factores que impedem a reconstituição imunológica contribuirá para facilitar as difíceis decisões clínicas colocadas nestes casos e identificar os doentes que podem beneficiar de terapêuticas de base imunológica complementares. O estudo será realizado por uma equipa constituída por quatro médicos investigadores portugueses – Ana Espada de Sousa, Margarida Lucas, Rita Marçal e Rui Victorino - e uma bióloga, Adriana Albuquerque. Os especialistas vão caracterizar possíveis mecanismos que contribuam para a ausência de subida do número de linfócitos T CD4+ em doentes infectados pelo VIH-1.

Tratamento em co-infectados com HIV e Hepatite C

A Agência Europeia do Medicamento aprovou o peginterferão alfa-2a em combinação com a ribavirina para o tratamento da Hepatite C crónica em doentes co-infectados com HIV clinicamente estáveis. Esta decisão foi tomada um mês após o parecer positivo das autoridades de saúde europeias colocando o peginterferão alfa-2a como primeiro medicamento para a Hepatite C com indicação no tratamento de doentes co-infectados.

Cardiologia em debate

A Sociedade Portuguesa de Cardiologia organizou em Portugal o primeiro Joint Meeting com a American College of Cardiology, de 10 a 12 de Fevereiro. As doenças cardiovasculares, os factores de risco e os novos tratamentos foram os temas centrais que juntaram a comunidade clínica cardiológica americana e portuguesa num dos maiores encontros internacionais de cardiologia. Neste encontro foram apresentados os dados do registo nacional sobre síndrome coronário agudo que reúne informação de 14.000 doentes tratados nos hospitais portugueses e que reflecte numa forma rigorosa a realidade portuguesa e o modo como as mais recentes recomendações internacionais nesta área estão a ser seguidas em Portugal.

Tratamento do cancro colo-rectal

Um novo estudo, apresentado em Fevereiro, mostra que o Avastin (bevacizumab, rhuMAb-VEGF) aumenta significativamente a sobrevivência de doentes com cancro colo-rectal em estado avançado, quando utilizado em associação com um regime de quimioterapia com oxaliplatina. Trata-se do primeiro estudo de Fase III a avaliar a utilização do bevacizumab, rhuMAb-VEGF associado a oxaliplatina e tem um significado particular pelo facto dos regimes de quimioterapia que incluem oxaliplatina se utilizarem em larga escala como terapêutica de primeira e de segunda linha do cancro colo-rectal metastizado. Os resultados foram apresentados no simpósio sobre cancros gastrointestinais, da *American Society of Clinical Oncology* (Sociedade Americana de Oncologia Clínica).

Portal da Obesidade

A ADEXO - Associação de Doentes Obesos e Ex-Obesos de Portugal criou o Portal da Obesidade, onde se encontra disponível, de forma gratuita, diversa informação sobre a doença crónica que é a Obesidade, em www.adexo.pt. O Portal reúne os mais recentes estudos científicos sobre Obesidade, divulga os eventos mais relevantes que se realizam regularmente no nosso país, sobre a temática da alimentação, nutrição, excesso de peso e obesidade

Síndrome de Menière

Foi lançado no mercado português o medicamento genérico para o tratamento do Síndrome de Menière, Beta-histina Generis® MG, caracterizado por vertigens, zumbidos e/ou perda de audição, geralmente acompanhados de náuseas, otalgias e/ou cefaleias e no tratamento de vertigens.

VI Congresso Português de Endocrinologia

A Sociedade Portuguesa de Endocrinologia Diabetes e Metabolismo (SPEDM) realizou no final de Janeiro o VI

Congresso Português de Endocrinologia. Neste evento, que teve início com a realização da conferência “*Tumores Familiares da Tiróide: Novos Genes, Problemas Velhos*”, da autoria de Manuel Sobrinho Simões, foi ser apresentada a investigação que tem sido feita no nosso país na área da Endocrinologia. Foram realizadas várias actividades, entre as quais um curso de iniciação de biologia molecular em endocrinologia, simpósios, comunicações e cartazes, e também “encontros com o especialista”.

Correcção da postura

Está a ser lançada em Portugal a gama de produtos Esbelt. Os produtos desta gama incluem cintas, coletes, bermudas, etc. e têm aplicações em áreas tão diversas como ortopedia (correcção da postura), cirurgia plástica (através de tela compressiva que previne a hipertrofia das cicatrizes e a infecção das incisões), pós-parto (ajuda na recuperação pós-parto ao proporcionar uma postura correcta), etc.

Cognição e esclerose múltipla

A relação entre a Esclerose Múltipla e a Cognição foi pela primeira vez avaliada globalmente através do Estudo CogniMS. Este estudo multicêntrico, que envolve cerca de 30 países, vai contar com a participação de 2.000 doentes com esclerose múltipla, inclusive portugueses, que vão estar em observação ao longo de 24 meses. O encontro em Portugal reuniu conceituados investigadores nacionais e internacionais da Esclerose Múltipla que se têm distinguido no estudo cognitivo desta patologia, como Góis Horácio (neurologista do Hospital Egas Moniz) e Dawn Langdon (neurologista e Catedrática do Royal Holloway, da Universidade de Londres).



I.ª Série - Janeiro

Decreto-Lei n.º 11/2005, de 2005-01-06

Ministério da Saúde

Altera o artigo 20.º (Remuneração) do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, que define o regime jurídico da formação médica, após a licenciatura em Medicina, com vista à especialização, e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respectivo processo

Portaria n.º 42-A/2005, de 2005.01.17

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Actualiza as remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, actualizando os índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e as pensões a cargo da Caixa Geral de Aposentações

Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2005, de 2005.01.19

Presidência do Conselho de Ministros

Prorroga, por um ano, o prazo de vigência da unidade de missão "Hospitais SA"

Portaria n.º 57/2005, de 2005.01.20

Ministério da Saúde

Aprova a composição, funcionamento e financiamento da Comissão de Ética para a Investigação Clínica (CEIC)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2005, de 2005.01.20

Presidência do Conselho de Ministros

Determina que o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC) se mantém na responsabilidade da Unidade Central de Gestão de Lista de Inscritos, constituída no âmbito do Gabinete do Ministro da Saúde, até 31 de Março de 2005

Portaria n.º 103/2005, de 2005-01-25

Ministério da Saúde

Integra a infecção pelo VIH na lista de doenças de declaração obrigatória

Decreto-Lei n.º 23/2005, de 2005-01-26

Ministério da Saúde

Prorroga até 31 de Dezembro de 2005 a majoração de 25% estabelecida no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 270/2002, de 2 de Dezembro

Lei n.º 12/2005, de 2005.01.26

Assembleia da República

Informação genética pessoal e informação de saúde

Lei n.º 14/2005, de 2005.01.26

Assembleia da República

Altera pela décima terceira vez o Decreto-Lei n.º 15/93, de

22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, acrescentando novas substâncias à tabela II-A anexa ao decreto-lei.

2.ª Série

Despacho n.º 153/2005 (2.ª série), de 2005.01.05

Ministério da Saúde - Gabinete do Ministro

Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral

Despacho n.º 299/2005 (2.ª série), de 2005.01.06

Ministério da Saúde - Gabinete da Secretária de Estado da Saúde

Procede à nomeação dos membros da Comissão do Uso Racional do Medicamento (CURM).

Despacho n.º 957/2005 (2.ª série), de 2005.01.14

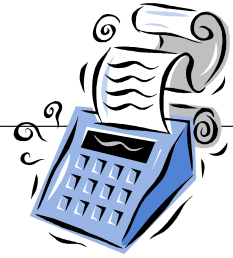
Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

Instruções para assegurar uma atempada e célere cobrança de dívidas e, conseqüentemente, arrecadação de receitas pelas instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde, decorrentes dos cuidados de saúde prestados aos terceiros responsáveis, legal ou contratualmente.

Despacho n.º 1972/2005, de 2005.01.27

Ministério da Saúde - Gabinete da Secretária de Estado da Saúde

Prorroga até 31 de Dezembro de 2005 o prazo previsto no n.º 3 do despacho n.º 8638/2002, de 25 de Março, do Secretário de Estado da Saúde, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 99, de 29 de Abril de 2002 (convenções de diálise).



Entrega de declaração de IRS

As declarações modelo 3 de IRS, respeitante aos rendimentos de 2004, poderão ser entregues na Ordem dos Médicos, Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 151, Lisboa, nos seguintes dias e horários:

1ª Fase:

Dias 8 a 15 de Março inclusive – das 18h 30 às 20h 30

2ª Fase:

Dias 19 de Abril a 2 de Maio inclusive das 18h. 30 às 20h 30.

Devido a novos dados importantes para a entrega das declarações, transcreve-se a seguinte portaria:

Ministério das Finanças e da Administração Pública
Portaria n.º 1461/2004 de 11 de Dezembro

Nos termos do artigo 57º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, os sujeitos passivos devem apresentar, anualmente, uma declaração de modelo oficial relativa aos rendimentos do ano anterior.

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 144º do mesmo Código, os suportes e os procedimentos relativos à utilização dos modelos oficiais para cumprimento de obrigações declarativas, aprovadas nos termos do n.º 2, são definidos por portaria do Ministro das Finanças.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças e da Administração Pública, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, e do n.º 1 do artigo 144º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o seguinte:

1.º São aprovados os seguintes novos modelos de impressos a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares:

- a) Declaração modelo n.º 3 e respectivas instruções de preenchimento;
- b) Anexo A (rendimentos do trabalho

dependente e de pensões) e respectivas instruções de preenchimento;

c) Anexo B (rendimentos empresariais e profissionais auferidos por sujeitos passivos abrangidos pelo regime simplificado ou que tenham praticado actos isolados) e respectivas instruções de preenchimento;

d) Anexo C (rendimentos empresariais e profissionais auferidos por sujeitos passivos tributados com base na contabilidade organizada) e respectivas instruções de preenchimento;

e) Anexo D (imputação de rendimentos de entidades sujeitas ao regime de transparência fiscal e de heranças indivisas) e respectivas instruções de preenchimento;

f) Anexo E (rendimentos de capitais) e respectivas instruções de preenchimento;

g) Anexo F (rendimentos prediais) e respectivas instruções de preenchimento;

h) Anexo G (mais-valias e outros incrementos patrimoniais) e respectivas instruções de preenchimento;

i) Anexo G1 (acções detidas pelo seu titular durante mais de 12 meses);

j) Anexo H (benefícios fiscais e deduções) e respectivas instruções de preenchimento;

k) Anexo I (herança indivisa) e respectivas instruções de preenchimento;

l) Anexo J (rendimentos obtidos no estrangeiro) e respectivas instruções de preenchimento.

2.º Os impressos aprovados pela presente portaria apenas podem ser utilizados a partir de 1 de Janeiro de 2005 e destinam-se a declarar os rendimentos dos anos 2001 e seguintes.

3.º Os impressos ora aprovados constituem modelo exclusivo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A., e, quando entregues em suporte de papel, integram original e duplicado, devendo este ser devolvido ao apresentante no momento da recepção, depois de devidamente autenticado.

4.º Os sujeitos passivos de IRS titulares de rendimentos empresariais ou profissionais determinados com base na contabilidade ficam obrigados a enviar a declaração de rendimentos dos anos 2001 e seguintes por trans-

missão electrónica de dados.

5.º O disposto no número anterior é igualmente aplicável, a partir de Janeiro de 2005, aos restantes sujeitos passivos de IRS titulares de rendimentos empresariais ou profissionais de montante líquido superior a (euro) 10000, salvo se resultarem da prática de acto isolado.

6.º Para efeitos do disposto no n.º 4.º, o sujeito passivo e o técnico oficial de contas são identificados por senhas atribuídas pela Direcção-Geral dos Impostos.

7.º Os sujeitos passivos não compreendidos nos n.os 4.º e 5.º podem optar pelo envio da declaração modelo n.º 3 e respectivos anexos pelo meio de transmissão de dados nele referido.

8.º Os sujeitos passivos que utilizem a transmissão electrónica de dados devem:

a) Efectuar o registo, caso ainda não disponham de senha de acesso, através da página das «Declarações electrónicas» no endereço www.e-financas.gov.pt;

b) Utilizar um ficheiro com as características e estrutura de informação, a disponibilizar no mesmo endereço;

c) Efectuar o envio de acordo com os seguintes procedimentos:

1) Seleccionar:

1.1) «Serviços online; Fiscais; Entregar; IRS» (para declarações sem anexo C);

1.2) «Serviços online; TOC; Entregar; IRS» (para declarações com anexo C);

2) Preencher a declaração directamente ou abrir o ficheiro previamente formatado com as características referidas na alínea b);

3) Validar a informação e corrigir os erros detectados;

4) Submeter a declaração;

5) Consultar, a partir do dia seguinte, a situação da declaração. Se, na sequência da verificação de coerência com as bases de dados centrais, forem detectados erros na declaração, deverá a mesma ser corrigida. Quando, após validação central, a declaração for considerada certa, deverá imprimir-se o comprovativo;

d) A declaração considera-se apresentada na data em que é submetida, sob condição de correcção de eventuais erros no prazo de 30 dias. Se, findo este prazo, não forem corrigidos os erros detectados, a declaração é considerada sem efeito.



Laranja/Azul

Depois de dois meses em cena na Sala Polivalente do Hospital Júlio de Matos, Laranja/Azul partiu em digressão. CAE - Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz, Rivoli Teatro Municipal (Porto) e Teatro Aveirense (Aveiro) foram os palcos já visitados. Dia 7 de Abril a peça regressa à capital para três semanas no Teatro Villaret. Antes, ainda se apresentará em Setúbal (Fórum Municipal Luisa Todi, dia 5 de Março), Coimbra (Teatro Académico Gil Vicente, dia 10 de Março), e Famalicão (Casa das Artes, dias 1, 2 e 3 de Abril). Num hospital psiquiátrico um doente de origem africana aguarda alta. Dois médicos, com posições hierárquicas diferentes, esgrimam argumentos em defesa de interesses distintos. De um lado o zelo profissional personificado por Gustavo (Pedro Laginha), um jovem estagiário. Do outro o desejo de “cumprir os regulamentos”, diminuir a despesa com os doentes e “agradar ao Ministério”, a cargo de Henrique (José Pedro Gomes), Chefe de Secção. Pedro (Carlos Paca) sofre, provavelmente, de esquizofrenia. Vê laranjas azuis e auto-intitula-se filho de um ditador africano. É a “bola de pingue-pongue” no meio da trama habilmente tecida pelos psiquiatras. A sua liberdade está em jogo. Rapidamente, a divergência de opiniões entre os dois médicos coloca Pedro no centro de um debate que vai do racismo ao etnocentrismo. Um conflito perturbador e recheado de humor, onde o poder, a “cor da pele”, o estatuto social, as doenças mentais e a solidão são o mote para duas horas de bom teatro. A encenação desta peça da autoria de Joe Penhall está a cargo de Natália Luiza, a tradução e adaptação são de Berta Correia.

Mamma Mia!

De 26 Abril a 1 Maio 2005 no Pavilhão Atlântico pode-se assistir pela primeira vez a um musical que está a fazer sucesso em todo o mundo: Mamma Mia!, baseado nas músicas dos ABBA, é actualmente o *show* nº 1 do mundo. Mamma Mia! estreia em Lisboa a 26 de Abril de 2005 num espectáculo integrado na *tour* mundial. Este musical estreou-se em palco em Londres a 6 de Abril de 1999 e tornou-se no maior sucesso musical do West End londrino de há quase duas décadas para cá. Em 2004, Mamma Mia! é o musical com mais produções simultâneas (Londres, Nova Iorque, Las Vegas, Toronto, *tour* EUA, *tour* Australiana, Hong Kong, Hamburgo, Estugarda, Utrecht e a *tour* internacional que está actualmente em Dublin) de todos os tempos. Mais de 20 milhões de pessoas já viram o espectáculo. Inspirada pela magia das músicas intemporais dos Abba, a escritora Catherine Johnson conta uma história de família e de amizade que é nos desvendada numa pequena ilha grega. Na véspera do seu casamento, uma filha em busca da identidade

de do seu pai traz 3 homens do passado da sua mãe à ilha que vinte anos antes tinham visitado. Com músicas e letras de Benny Andersson e BjÖrn Ulvaeus (fundadores dos Abba), Mamma Mia! é escrito por Catherine Johnson e encenado por Phyllida Lloyd. Mamma Mia! tem coreografia de Anthony Van Lasst, cenografia de Mark Thompson, concepção de iluminação de Howard Harrison, *design* de som de Andrew Bruce e Bobby Aitken e supervisão musical, material adicional e arranjos de Martin Koch.

Rap Cubano



O trio que colocou no mapa o Rap Cubano está de regresso com um álbum de peso: “El Kilo”. O terceiro trabalho dos Orishas transporta o hip-hop para a verdadeira revolução da música Pop. Sem samples, no seu estado mais puro enraizado na música tradicional cubana. Gravado entre Le Chênée Palace (Liège), Sonoland (Madrid) e o Studio 2 (Paris), El Kilo conta com a produção de Andrés Levin (Yerbabuena, Los Amigos Invisibles, Aterciopelados) e o habitual Niko Noki. Foi misturado nos estúdios Synsound de Bruxelas por Tim Lathan (Fun Lovin’ Criminals, Erykah Badu, De La Soul) e masterizado por Tom Coine no Sterling Sound, El Kilo é uma mescla de raiz (rumba, montuno, guaguancó) e rap (das ruas de Madrid, Paris, Bruxelas, Miami ou La Habana). O primeiro álbum do grupo “A lo Cubano” (Chrysalis-EMI, 99), vendeu cerca de 100.000 cópias em Espanha tornando Roldán, Yotuel e Ruzo numa referência do hip hop internacional. O Segundo trabalho “Emigrante” (EMI, 02) valeu o Grammy Latino para Melhor Álbum Hip Hop de 2003 e uma nomeação para a categoria dos Grammy’s na categoria Melhor Álbum Hip Hop Internacional. Este grupo é, segundo a revista Time, um dos agrupamentos musicais não norte-americanos mais importantes do mundo.

CULTURA

Livros

